

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

THAIS RICARTE NEVES

**A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DA AGROECOLOGIA NO PROGRAMA AGRÁRIO
DO MST**

VITÓRIA

2017

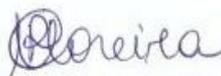
THAIS RICARTE NEVES

**A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DA AGROECOLOGIA NO
PROGRAMA AGRÁRIO DO MST**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 31 de agosto de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Doutora Renata Couto Moreira
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Adriana Amaral Ferreira Alves
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Daniel Mancio
Universidade Federal do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

N518c Neves, Thais Ricarte, 1992-
 A construção do papel da agroecologia no Programa Agrário
 do MST / Thais Ricarte Neves. – 2017.
 103 f.

 Orientador: Renata Couto Moreira.
 Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
 Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
 Econômicas.

 1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2.
 Ecologia agrícola. 3. Sustentabilidade e meio ambiente. I.
 Moreira, Renata Couto. II. Universidade Federal do Espírito
 Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer por mais um sonho alcançado. Confesso que no início o vislumbre de um mestrado não estava no meu horizonte, contudo acredito que muitas coisas acontecem sem esperarmos e nos surpreende de maneira boa. Foi assim com o mestrado. Estou muito feliz por ter chegado até aqui em meio a tantas adversidades.

Porém, não posso dizer que foi um mérito sem contribuições e apoio de muitos. Logo, primeiramente agradeço ao meu Deus, pois foi a Ele que recorria nos momentos difíceis e bons e acredito que Ele me deu forças para continuar.

Ao meu esposo, mãe, pai, irmã, e cunhado, que estiveram ao meu lado desde o início desta jornada e de muitas outras e me apoiaram, me ajudaram financeiramente e me deram todo amor em meio a tantas situações. Obrigada gente, amo muito vocês.

À minha orientadora que caminhou comigo desde início e me trouxe a luz uma visão de mundo desconhecida para mim e que contribuiu para o meu crescimento intelectual e como pessoa. Obrigada Renata, suas contribuições foram valiosas para mim.

A professora Adriana e o professor Daniel que trouxeram grandes contribuições para o desenvolvimento desta dissertação, muito obrigada.

Aos meus amigos que vibraram comigo quando passei no processo seletivo para o mestrado e me deram força para continuar.

E a minha turma de mestrado, em especial Dani e Emilly, que caminharam comigo boa parte desta nova construção e estiveram ao meu lado nas adversidades e nas alegrias.

RESUMO

Esta dissertação traz a análise crítica de discurso da construção do papel da agroecologia no programa agrário do MST, em seu aspecto sócioambiental, utilizando como método o materialismo histórico dialético e tendo como categoria de análise, o metabolismo ser humano/natureza. E para o desenvolvimento da dissertação, foi realizado uma revisão de literatura sobre a questão agrária brasileira do século XXI, com foco na compreensão do rompimento do metabolismo entre ser humano e natureza, com o intuito de contextualizar a realidade em que o MST está inserido e sobre o que este luta. Avançando na pesquisa foi elaborada uma revisão de literatura sobre os fundamentos teóricos da agroecologia, com o intuito de trazer o embasamento teórico sobre a ciência, visto que o MST se fundamentou a partir destes. E ao final foi efetivada a análise do discurso público do MST nos documentos publicados e à luz dos autores teóricos que estudam a agroecologia, a fim de desvelar como o MST relaciona a agroecologia com a proposta de transformação social e com os princípios da sustentabilidade ambiental, e quais os elementos trazidos pelos autores teóricos que o MST reafirmou ou negou na construção da agroecologia em seu programa político. Os resultados da análise revelam que o MST traz a construção de uma agroecologia para além de um conceito ou de práticas sustentáveis, transcendendo a defesa de uma agroecologia acadêmica, institucional, e reformista. Ou seja, traz a agroecologia como estratégia para o funcionamento do modelo de agricultura proposto pelo movimento, que tem como fundamento a transformação social para o povo e em bases sustentáveis ambientalmente. Logo, o papel da agroecologia para o MST vai de encontro com a realidade posta pelas contradições produzidas pelo modo de produção capitalista e inerente a este. Um modelo de produção agrícola de racionalidade econômica e social, um sistema que só visa o lucro e nada mais.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. MST. Metabolismo ser humano/natureza.

SUMMARY

This dissertation draws the critical analysis of the construction of the agroecology role discourse in the agrarian program of the MST (“Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, an acronym that means “Landless Rural Workers Movement” in english), in its socio-environmental aspect, using as a method the dialectical historical materialism and, as category of analysis, the metabolism human being / nature. For the development of the dissertation, a literature review was carried out on the Brazilian agrarian question of the XXI century, focusing on understanding the breakdown of the metabolism between human being and nature, in order to contextualize the reality in which the MST is inserted and about what it fights for. Subsequently, a literature review was elaborated on the theoretical foundations of agroecology, with the aim of drawing the theoretical basis on science, since the MST was based on these. After all, an analysis of MST public discourse was carried out in the published documents in the light of the theoretical authors who study agroecology in order to reveal how MST relates agroecology to the proposal of social transformation and to the principles of environmental sustainability. In addition, this dissertation intends to analyze what elements brought by the theoretical authors were reaffirmed or denied by MST in the construction of agroecology in its political program. The results of the analysis reveal that the MST brings the construction of an agroecology beyond a concept or sustainable practices, transcending the defense of an academic, institutional, and reformist agroecology. That is, it brings the agroecology as a strategy for the model of agriculture operation proposed by the movement, which is based on social transformation for the people and on environmentally sustainable basis. Therefore, the role of agroecology, according to the MST, goes against the reality posed by the contradictions produced by (and inherent to) the capitalist mode of production, a model of agricultural production of economic and social rationality, a system that only aims at profit and nothing else.

KEY WORDS: Agroecology. MST. Metabolism human being / nature.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag - Associação Brasileira do Agronegócio

ADC - Análise de discurso Crítica

CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMI - Fundo Monetário Internacional

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social

R-DRC - Divisão de Relações com a Comunidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O ROMPIMENTO DO METABOLISMO SER HUMANO/NATUREZA: A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI.....	23
2.1 Questão Agrária brasileira no século XXI.....	25
2.2 A Reforma Agrária e o metabolismo entre ser humano e natureza.....	36
3 A ANÁLISE CRÍTICA DAS DIMENSÕES SOCIECONÔMICA E AMBIENTAL DA AGROECOLOGIA.....	41
3.1 A racionalidade econômica da agricultura no capitalismo <i>versus</i> a sustentabilidade da agroecologia.....	42
3.2 Do que se trata a agroecologia?.....	45
3.3 A relação entre a agroecologia e o capitalismo.....	48
3.4 A Dimensão sócioeconômica da agroecologia.....	51
3.5 A Dimensão ambiental da agroecologia.....	56
4 O DISCURSO CRÍTICO E A CRÍTICA DO DISCURSO: SOBRE A AGROECOLOGIA NO PROGRAMA AGRÁRIO DO MST.....	61
4.1 Primeiro período de análise.....	63
4.2 Segundo período de análise.....	67
4.3 Terceiro período de análise.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6 REFERÊNCIAS.....	96

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa a produção final do processo de mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da Professora Renata Couto Moreira. Assim sendo, este representa o resultado de debates e estudos sobre a questão sócioambiental da agroecologia que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm trazido em seus documentos publicados a partir de 2000 (cadernos de estudo e documentos programáticos).

Isto posto, é mister ser destacado a trajetória acadêmica e alguns elementos e experiências, que resultaram na problemática da questão sócioambiental da agroecologia no MST.

Logo, o interesse de estudar as temáticas MST e a Agroecologia surgiu de muitas reflexões durante a graduação em Serviço Social. A escolha do tema agroecologia originou-se após a experiência vivenciada nos estágios I, II e III, realizados na Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). Nesta instituição estagiei dentro da Divisão de Relações com a Comunidade (R-DRC) que tinha como enfoque obter contato direto com os moradores da Grande Vitória a fim de minimizar os impactos socioambientais relativos a empreendimentos de água e esgoto, desta maneira obtive maior conhecimento sobre a temática do meio ambiente.

A Divisão de Relações com a Comunidade é composta por assistentes sociais que utilizam de vários instrumentos para ouvir e atender as demandas dos usuários dos serviços da CESAN. Alguns dos instrumentos são visitas técnicas, reuniões comunitárias, cinema na comunidade, entre outros. Além de minimizar impactos socioambientais advindos de empreendimentos realizados pela instituição, o profissional de Serviço Social utiliza destes espaços para a conscientização dos moradores a respeito da preservação do meio ambiente (utilizar a água de forma correta, aderir ao sistema de tratamento de esgoto, etc).

Boa parte do estágio, esta retórica sobre desenvolvimento sustentável foi colocado como algo que realmente solucionaria toda a exploração desenfreada que o

mercado necessita para se sustentar, porém a visão da empresa foi sendo desconstruída durante meu período acadêmico de graduação.

No Trabalho de Conclusão de Curso ¹ analisamos como os moradores viam os trabalhos realizados pela CESAN, para ao final trazer propostas para a melhoria da atuação do assistente social na empresa. A partir deste questionamento, demos foco ao Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) implementado pela instituição com a finalidade de reduzir impactos socioambientais em bairros que estão sendo efetivadas obras de esgotamento sanitário. Estudamos especificamente o PTTS de quatro bairros de Cariacica, utilizando como instrumentos a aplicação de formulários com questões abertas e fechadas para noventa e seis moradores dos quatro bairros que abrangiam o PTTS e um grupo focal com as lideranças comunitárias destes quatro bairros. As respostas encontradas nos estudos bibliográficos e nas pesquisas de campo desconstruíram os discursos sobre a preservação do meio ambiente, e trouxe a proposta que o assistente social deveria utilizar dos espaços que possui para ir além de conscientização ambiental. Trazer para a comunidade a questão do pertencimento, da territorialidade, de uma comunidade unida para lutar pelos seus direitos.

Esta nova reflexão, abriu novos questionamentos relacionados ao real motivo da disseminação do desenvolvimento sustentável no sistema capitalista, que, por conseguinte foi criado pelo próprio sistema, com a finalidade de reformar as formas de expropriar os recursos naturais, trazendo consigo a falácia da preservação do meio ambiente frente a um sistema que só visa lucros (ZACARIAS, 2011).

E partindo destas novas inquietações, surgiu o interesse em aprofundar sobre o tema da agroecologia, mais especificamente a concepção utilizada pelo MST, pois é um movimento de luta camponesa, que busca um projeto ambientalmente sustentável a partir da matriz tecnológica de produção, não ficando apenas na esfera do consumo. Porém, com as buscas que foram realizadas em bancos de dados na construção do projeto de pesquisa, percebi a necessidade de aprofundar ainda mais

¹ Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Atenção: Cariacica em obras! Uma análise das atividades propostas pelo Projeto de Trabalho Técnico Social a partir do olhar da comunidade". Produzido por Beatriz Maurício Garcia, Cléria Matos Oliveira Mendonça, Lúcia Zamperlini, Lysa Mara Alves de Souza e Thais Ricarte Neves e orientado pela professora Ma. Naara de Lima Campos.

a discussão, trazendo como proposta a realização de uma análise crítica das concepções de agroecologia estudadas por diversos autores, com o intuito de compreender as bases da agroecologia que o MST traz e por fim dialogar com o debate da agroecologia que está sendo realizado na perspectiva teórica.

Logo, o objetivo geral desta dissertação se trata da análise do discurso político sobre a agroecologia defendido pelo MST através dos documentos publicados pelo movimento social a partir dos anos 2000, à luz das concepções teóricas de agroecologia existentes, para desvelar como o movimento social propõe uma transformação social fundada nos princípios da sustentabilidade ambiental.

Tendo como intuito, especificar a realização de uma revisão de literatura sobre os fundamentos teóricos da agroecologia; a realização de uma revisão de literatura sobre a questão agrária do século XXI no Brasil, com foco na compreensão do rompimento do metabolismo entre ser humano e natureza; a análise dos documentos do MST para desvelar os elementos de incorporação da agroecologia em seu projeto; a análise do discurso público do MST sobre como a agroecologia se relaciona com a proposta de transformação social e com os princípios da sustentabilidade ambiental; e a análise à luz das concepções agroecológicas desenvolvidas, de como a agroecologia foi sendo incorporada à pauta de reivindicações do MST culminando na defesa da reforma agrária popular; e identificação na concepção agroecológica do MST os elementos que se fundamentam nas e contrapõe as concepções agroecológicas existentes.

A dissertação está baseada no método dialético, visto que implica uma reflexão crítica e totalizante dos conceitos já existentes com a finalidade de incorporá-los ou superá-los, ou seja este método traz a possibilidade de se chegar à "essência das relações, dos processos e das estruturas" (LIMA; MIOTO, 2007, p.40). Pois em estudos realizados através de fenômenos sociais é necessário considerar a perspectiva teórica que trará a compreensão mais profunda, evitando superficialidades e o isolamento destes fenômenos às condições sócio-históricas em que estão inseridos (SORIANO, 2004).

A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite

percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica (MINAYO, 2002, p.92).

E como o projeto trabalha os documentos do MST a partir da implementação da agroecologia, trazendo os elementos sócioambientais que o movimento social têm discutido, temos uma pesquisa qualitativa, pois compreende a dimensão histórica, a realidade social sendo mais rica do que teorizações, e o pesquisador como parte da pesquisa (MINAYO, 2002). Logo, foram realizadas revisões bibliográficas e pesquisa documental utilizando como instrumento de análise, a Análise de Discurso Crítica (ADC).

Em relação à revisão bibliográfica, vale a ressalva, de que esta têm pertinência a análise de pesquisas anteriores que são referentes ao tema, ou temas pesquisados, e discussão do referencial teórico que será utilizado na pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 1998), portanto a revisão bibliográfica foi utilizada durante todo o desenvolvimento da dissertação.

No que concerne a pesquisa documental, temos que esta tenha o potencial de informar e até estruturar decisões de pessoas ou eventos sociais em vários níveis de temporalidade. Existem vários tipos de fontes de pesquisa documental, algumas delas são documentos históricos, registros governamentais, relatos pessoais sobre algum fato, declarações estatutárias, entre outros (MAY, 2004). O critério de seleção dos documentos que foram analisados neste projeto, se deu a partir do que foi publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a agroecologia, desde a sua incorporação inicial (ano 2000) até o documento mais recente sobre o objeto em questão. A utilização dos documentos foi realizada a partir do acesso à biblioteca virtual do site do MST. Todos estes documentos são de veiculação pública.

As questões norteadoras deste projeto foram: a concepção agroecológica do MST traz diferentes elementos teóricos pra além dos autores que estudam agroecologia desde a sua fundação? Se sim, quais são estes elementos? E qual a relação da

agroecologia em seu programa? O movimento almeja mudança total baseado nos princípios da sustentabilidade ambiental?

Isto posto, tivemos como hipótese neste projeto, que a concepção agroecológica do MST traz elementos teóricos que evidenciam uma construção popular e política sobre a agroecologia buscando uma verdadeira mudança no modo de produção e restabelecendo o metabolismo entre ser humano e natureza.

Portanto, o que se buscou nos documentos do MST, foi a relação da questão agrária brasileira no século XXI com o MST e a apropriação de agroecologia defendida por este na elaboração final do seu atual programa agrário; os elementos que compõe e diferem das concepções teóricas de agroecologia e da concepção agroecológica do MST; e a elucidação de como o movimento social propõe uma transformação social fundada nos princípios da sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, a análise dos dados se deu partindo do instrumento de Análise de Discurso Crítica (ADC), que por sua vez se trata de uma abordagem de discurso da Teoria Social do Discurso².

A escolha da ADC se deu pelo fato desta abranger uma maior abertura nas análises, possibilitando uma prática teórica crítica, pois têm como base a premissa de que pode haver mudanças em situações de opressão, que por sua vez são criações sociais e como tal, há a possibilidade de transformação social (RESENDE; RAMALHO, 2006).

A ADC é um instrumento que traz como tentativa a semiose (diversas formas de construção de sentidos) como parte intrínseca do processo social. Logo, partindo da perspectiva da ADC a vida social é como uma rede interconectada de práticas sociais dos tipos econômicos, políticos, entre outros, todos com um elemento semiótico (FAIRCLOUGH, 2012).

A ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais. Essa disciplina preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. O papel da semiose nas práticas sociais, por sua vez, deve ser estabelecido por meio

² Teoria que será aprofundada a posteriori, mas que é defendida por Norman Fairclough.

de análise. A semiose pode ser mais importante e aparente em determinada ou determinadas práticas do que em outras, e sua importância pode variar com o passar do tempo (FAIRCLOUGH, 2012, p.309).

Desse modo, a ADC reúne os aportes para uma boa análise dos documentos do MST referente à agroecologia, pois possibilitou o avanço para uma dimensão crítico-dialética do que os documentos do movimento trazem.

E para contextualizar o leitor, é mister uma introdução do que tem sido o modelo de agricultura atual, sua relação com a crise ambiental e o debate da agroecologia neste meio.

Assim sendo, sabemos que com a industrialização da agricultura, os danos ao meio ambiente aumentaram significativamente, e junto a este a agudização das desigualdades sociais e a exploração da força de trabalho (VIUDES, 2009).

Foi a partir da década de 1980, com uma maior evolução do modo de produção capitalista juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas, que a atual dinâmica de acumulação capitalista está fundamentada, em uma autonomização relativa do capital fictício ³sobre o capital produtivo que, por sua vez, está em uma crise estrutural, advinda desta autonomização relativa do capital. (SABADINI, 2013).

[...]a dinâmica da acumulação capitalista atual está fundamentada na **autonomia relativa** do capital fictício no circuito de valorização do capital, na qual, ao mesmo tempo em que possui certo grau de autonomia face ao capital produtivo, mantém com o mesmo estreitas relações de dependência (SABADINI, 2013, p. 585).

Esta crise estrutural do capital desencadeia muitos efeitos ruins, e alguns deles são, a exploração exacerbada da força de trabalho e a crise ambiental, pois o modo de produção capitalista não se sustenta sem o trabalho, categoria central deste modo de produção, como também não suporta a falta de recursos naturais. Pois, "[...]D, M e M' são formas funcionais de existência do capital, respectivamente: capital-

³ O capital fictício, segundo Carcanholo e Sabadini (2009, p.43), "[...]nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chamá-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial".

dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria. Obviamente que a produção de mais-valia ocorre no processo produtivo[...]"(CARCANHOLO, 2013, p. 50).

Assim sendo Mézáros nos traz que:

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro - sobretudo nas últimas três ou quatro décadas - é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando ainda pior (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

Desta maneira, o capitalismo passa a vivenciar uma nova fase de crises, não sendo mais crises cíclicas, mas sim uma crise estrutural "*marcada por um continuum depressivo*". A crise não possui pontos de alta e baixa como anteriormente, ela tem se apresentado longa, "duradoura, sistêmica e estrutural", e esta crise estrutural têm se dado por conta de um sistema sem limites para seu crescimento, se modificando numa "processualidade incontrolável e profundamente destrutiva". Crescimento que não leva em conta a questão social, e trazem consequências perversas, como a precarização do trabalho, desemprego estrutural e destruição da natureza em grande escala (MÉSZÁROS, 2009).

E isto é afirmado por Zacarias na citação abaixo:

[...] As principais determinações dessa destruição não estão relacionadas à indústria, ao desenvolvimento tecnológico, mas são de responsabilidade das relações sociais capitalistas. Relações fundadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital. Esse processo tem duas fontes privilegiadas de riqueza: a exploração da força de trabalho, através retirada da mais-valia e a exploração dos recursos naturais. Essas duas fontes contribuem fundamentalmente para o acúmulo do capital, a primeira gerando valor, pois só o trabalho tem essa capacidade. Já a natureza é incorporada como agente no processo de produção pelo capital, através da apropriação dos recursos naturais coletivos que não são propriedades privadas, possibilitando assim a redução dos custos da produção, cumprindo o desígnio da obtenção do lucro fácil e imediato do regime de produção capitalista (ZACARIAS, 2011, p.13).

A partir desta destruição socioambiental em larga escala nunca existente neste sistema que está sendo vivenciado, e que durante as últimas três décadas tem se

mostrado muito mais profundas, temos uma "crise ambiental" (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012), e uma exploração exacerbada do trabalho, colocando estas duas fontes de exploração do sistema capitalista em completa destruição e pauperização, respectivamente.

E, partindo desta nova fase do modo de produção capitalista, o cenário que está colocado no campo é o controle da produção das mercadorias e do comércio em escala mundial, com a finalidade de apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas como um todo, para que a esfera financeira do capital alcance a dominação por intermédio da concentração de capital (STEDILE, 2013).

Desta maneira, a esfera financeira utilizou de vários mecanismos para alcançar o controle da agricultura, e alguns deles foram, a compra de ações de médias e grandes empresas que atuavam em diversos setores agrícolas; a entrada de empresas estrangeiras nas economias nacionais, por intermédio de taxas de câmbio favoráveis as primeiras; a imposição pelas Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e acordos multilaterais, de regras de livre comércio para as grandes empresas; a liberalização de crédito bancário, ocasionando em bancos financiando a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo o mundo; e o abandono por parte dos governos das políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa (STEDILE, 2013).

Segundo Stedile (2013) o resultado deixado depois da ocorrência desta dominação relativa da esfera financeira sobre a produção e o comércio de mercadorias agrícolas, foram aproximadamente 50 transnacionais controlando a maior parte da produção e do comércio agrícola mundial.

Este controle da agricultura pela esfera financeira pautado nos mecanismos acima explanados teve forte influência no Brasil no final dos anos 1990, em que ocorreu uma "primarização" da economia no país, especializando a produção para gêneros agrícolas com preços em alta no mercado internacional (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Neste período foi relançado o agronegócio, escalando desta maneira novamente os setores primário-exportadores. Assim posto, é fortalecido o crédito público bancário

no setor rural como principal via de fomento da política agrária; os preços das terras e dos arrendamentos sofrem uma grande alta; e há um aprofundamento de complexos agroindustriais internacionais no país, que por sua vez manipulam o processo produtivo a seu favor (DELGADO, 2010).

O modelo do agronegócio⁴ citado anteriormente é um modelo de produção agrícola que foi "massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo" brasileiro, e que a esfera financeira de capital estrangeiro tem dominado em grande medida (MST, 2013).

No caso do agronegócio brasileiro, este está intimamente associado à Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), ou com entidades patronais rurais, como a Frente Parlamentar da Agricultura. Portanto, é a partir destas associações que o agronegócio controla toda a produção e comércio agrícola no Brasil e quase todos os recursos e políticas públicas destinadas à agropecuária (crédito e os recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e uma aliança subordinada às empresas estrangeiras, que por sua vez estão filiadas a estas entidades (LEITE; MEDEIROS, 2012).

Logo temos "o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais"(STEDILE, 2013, p.33), que estão implementando no mundo todo o modelo do agronegócio, também chamado de *agribusiness*, por intermédio da produção organizada pelo monocultivo; utilização intensiva de máquinas agrícolas; utilização intensiva de venenos agrícolas; uso de sementes transgênicas, padronizadas; e forte agressão ao ambiente (STEDILE, 2013).

Todas estas condições impostas pela exploração capitalista dissolvem a relação terra e solo, além das relações que o trabalhador se reconhece como proprietário, quebrando a harmonia na "relação orgânica entre o trabalho humano e a terra" (FOSTER, 2014), visto que, o monopólio do capital traz consigo a contradição de deteriorar os recursos naturais, transformando a matéria necessária para a produção

⁴ O termo agronegócio foi criado para expressar as relações econômicas entre o setor agropecuário e os situados na esfera industrial, comercial e de serviços. Existe uma diferença entre os termos agronegócio, agricultura moderna e complexos agroindustriais, e esta diferenciação se assenta em que no primeiro o direcionamento para a exportação é mais presente, porém o uso de máquinas e insumos modernos se encontram de igual modo nos três termos (LEITE; MEDEIROS, 2012).

escassa, e aliena o produtor de sua produção e de sua relação com a natureza, levando-o a não se reconhecer como tal.

Desta maneira, "a dimensão fundante do trabalho no ser social", é a relação do homem com a natureza, com o intuito de satisfação do primeiro, pois é mediante o trabalho que o homem se diferencia da natureza e faz parte desta. Pois o homem "é natureza e sua relação com matérias naturais são estruturantes para sua sobrevivência" (PAIVA, 2015, p. 03).

Segundo Marx,

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2014, p. 218).

A lógica do sistema capitalista, nesta perspectiva é de o homem e a natureza compondo uma unidade, em que o ser humano está "hipotecado" à natureza. E que, levando em conta as mudanças ocorridas no interior do sistema, essa relação homem/natureza está em crise, não por conflitos naturais, mas pelo redimensionamento do trabalho e da relação que a sociedade tem com a natureza neste sistema (MOTA; SILVA, 2009).

Posto isto, houve uma ruptura da conexão direta entre a massa da população e a terra (muitas delas de forma forçada), e esta traz como de fato ocorre, o desenvolvimento do trabalho assalariado do sistema capitalista, separando o trabalho livre das suas condições objetivas de realização (meios de trabalho e material para o trabalho). Todas estas condições colocadas pelo capitalismo dissolvem a relação terra e solo, além das relações que o trabalhador se reconhece como proprietário, logo quebra o que é chamado de "acumulação primitiva" – a verdadeira "relação orgânica entre o trabalho humano e a terra" (FOSTER, 2014).

Visto que, para Marx (1980:2014, p.211), o trabalho:

"[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza".

Logo, a dissolução da "relação orgânica entre o trabalho humano e a terra", é a dissolução da importância do trabalho, como criador de mais-valia, visto que, muitos autores acreditam que o trabalho realizado de forma a produzir mercadorias, modificar o meio em que o mesmo se encontra de forma material, não existe mais.

Contudo, sem este o sistema capitalista não se sustenta, pois a produção vem a partir do trabalho realizado por seres humanos e não por máquinas. O outro aspecto que é ressaltado a partir da dissolução da relação homem e natureza, é de fato, os recursos naturais que estão sendo expropriados de qualquer maneira.

Assim sendo, a maneira verdadeiramente sustentável de se utilizar a terra (pois existem inúmeras alternativas) consiste no homem socializado, que tenha uma relação de equilíbrio entre o homem e a natureza (FOSTER, 2014).

Pois o ser humano é parte da natureza e necessita de trabalhar nesta para se tornar um ser humano em sua essência (MARX, 1982:2004), além de trabalhar na terra de forma consciente e socializada.

Desta maneira, partindo das ofensivas já demonstradas nesta primeira parte, o MST hoje luta por uma reforma agrária popular, que atua na ofensiva do sistema capitalista, do modelo do agronegócio, e a favor de um restabelecimento equilibrado da relação ser humano e a natureza.

Pois, além de haver uma concentração das riquezas nas mãos de poucos, e pauperizar cada vez mais o trabalhador rural, o sistema capitalista traz consigo a devastação intensificada dos recursos naturais, como foi supracitado (MST, 2013).

Logo, a nova reforma agrária ⁵defendida pelo MST, nomeada de Reforma Agrária Popular,

[...]integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2013, p.33).

A Reforma Agrária Popular, tem a agroecologia como um pilar central para alcançar o objetivo maior, que se situa na construção de uma agenda contra o sistema capitalista. Os princípios que a constituem são, do "manejo ecológico das riquezas naturais; justiça social; distribuição equilibrada das riquezas; e um consumo consciente e a comercialização justa, possibilitando uma vida digna na cidade e no campo" (CECANE, 2012, p.5).

Isto posto, para compor a discussão que este projeto propõe e que foi explicitado no início, se faz indispensável uma apresentação das bases teóricas da agroecologia, que será dissertado no segundo capítulo, visto que a agroecologia é estudada por muitos autores diferentes e que o movimento social, MST, utilizou como fundamento para compor o seu projeto de transformação social.

Dado que, não se pode pensar a agroecologia vista pelo MST sem antes minimamente conhecer suas origens. A necessidade deste projeto de analisar a concepção agroecológica do MST à luz das outras bases teóricas sobre o conceito de agroecologia foi fundamental para o conhecimento da concepção.

Que por sua vez, traz uma visão mais ampliada da agroecologia, pois não a compreende como a "saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola", mas como parte da estratégia utilizada para a luta e

⁵ Reforma Agrária é um programa de governo que tem como finalidade a democratização de propriedades fundiárias a todos que quiserem produzir e usufruir da mesma (STEDILE, 2012). Desde o surgimento do MST uma das bandeiras de luta era por uma Reforma Agrária Clássica, no sentido de desenvolvimento das forças produtivas como as realizadas em vários países capitalistas, cujo exemplo máximo se deu nos EUA, pelo *Homestead Act* de 1862, em que cerca de 600 mil produtores receberam 80 milhões de acres em uma das maiores reformas agrárias clássicas realizadas. Por um certo período, esta atingiu certo êxito, mas após os anos 1990 retrocedeu (MST, 2010).

enfrentamento do agronegócio e do sistema capitalista como um todo (GUHR; TONÁ, 2012, p.65).

E isto é explicitado no Programa Agrário do MST de 2013, onde o MST defende uma Reforma Agrária Popular, como explicitado anteriormente, que avança no enfrentamento do modo de produção capitalista, não ficando estagnado em um sistema capitalista sustentável, visando desta maneira, a soberania alimentar⁶, o uso de máquinas adequadas para o contexto socioambiental de cada localidade, a abolição de agrotóxicos e sementes transgênicas, a promoção de cooperação agrícola de diversas maneiras, a instalação de agroindústrias geridas pelos trabalhadores rurais, e a implementação da agroecologia como um todo de forma paulatina (MST, 2013).

Destarte baseado no conteúdo da dissertação, é mister afirmar que há uma **relevância social** do referido projeto de pesquisa na contribuição para o MST, pois o estudo terá como embasamento uma análise crítico-reflexiva dos documentos publicados pelo movimento social, e por conseguinte trará contribuições para a continuação e o fortalecimento das lutas políticas frente a um contexto de luta de classes. Contribuirá desta forma, para o fortalecimento do processo de Reforma Agrária Popular, e o que a agroecologia e a Reforma Agrária Popular representa para as famílias no campo e na cidade, com relevância para toda a sociedade.

Além de uma **relevância científica**, para com os pesquisadores da ciência agroecologia, contribuindo para um maior avanço na produção acadêmica sobre a temática, em um viés crítico-dialético, com objetivo final de fortalecer a agroecologia como forma de organização da produção que contrapõe o próprio capitalismo. Contribui igualmente para a produção de conhecimento na área, visto que foram encontradas poucas pesquisas que conjuguem as dimensões correlatas, demonstrando haver lacunas teóricas que ainda não foram sanadas.

⁶A Soberania Alimentar parte do direito de todos os indivíduos a ter acesso a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e em respeito a sua cultura. O direito individual à alimentação se articula a uma dimensão social de como este alimento é produzido, considerando práticas que respeitam o meio ambiente, relações igualitárias entre as pessoas, o acesso aos recursos naturais envolvidos nesta produção, como a água, a terra, as sementes e os mercados locais (VIUDES, 2009, p.18).

Desta maneira, a dissertação será dividida em três capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre a questão agrária brasileira do século XXI, mais especificamente o rompimento do metabolismo ser humano e natureza, com o intuito de desenvolver o contexto em que o modelo de agricultura capitalista está inserido e conseqüentemente a proposta que lhe contrapõe, a agroecologia.

O segundo capítulo traz uma análise dos principais autores influentes no Brasil sobre a agroecologia, com a finalidade de obter um embasamento teórico sobre a agroecologia em suas diferentes abordagens e também, porque foram através destes que o MST se fundamentou.

O terceiro e último capítulo trará uma análise crítica embasada no método crítico-dialético, tendo como instrumento a Análise Crítica de Discurso (ADC), sobre a agroecologia do MST, a partir de seus documentos publicados desde o ano 2000, com o fim último de trazer as respostas indagadas neste projeto.

2 O ROMPIMENTO DO METABOLISMO SER HUMANO/NATUREZA: A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

"Isso porque, no sistema capitalista, pouco importa que um pedaço de chão produza soja ou cana-de-açúcar ou feijão. O que interessa é que produza lucros. Nem mesmo interessa se esse lucro advém da utilização produtiva do solo ou não"

(José Graziano da Silva)

Neste capítulo será tratada a questão da ruptura da relação ser humano e natureza, enfatizando o sistema capitalista em sua atuação na agricultura nas últimas duas décadas e como a perspectiva crítica trata do assunto, com relação a questão agrária.

Segundo Marx a produção capitalista domina todas as esferas da produção e da sociedade civil, logo também explora a agricultura, expropriando os camponeses e o solo. Pois, em se tratando do monopólio da propriedade fundiária e da expropriação do trabalho e do solo, têm-se que este se faz um pressuposto histórico para a consolidação do modo de produção capitalista (MARX, 1894:1985).

Assim sendo, o modo de produção capitalista transformou a terra em propriedade privada, pois para apropriar-se de um bem existente, que não foi produzido, era necessário cercá-lo e instituir leis que os privassem nas mãos de poucos (MARX, 1894:1985).

A questão agrária surge na fase mercantil do capitalismo industrial, em que alguns estudiosos clássicos defendiam que havia um problema agrário que impossibilitava o desenvolvimento do mercado interno dos países, pois a posse da terra era concentrado nas mãos de poucos (STEDILE, 2012).

Hoje, a questão agrária de acordo com o pensamento marxista, é estudada de forma mais generalizada,

[...] como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o *uso*, a *posse* e a *propriedade* da terra. Essas três condições possuem características diferentes, ainda que complementares (STEDILE, 2012, p.643).

Com relação ao uso, tem-se que cada sociedade organize e determine o que vai produzir para diversos destinos; em se tratando da posse diz respeito a quais pessoas e "categorias sociais" moram no território e de que maneira vivem no território; e a propriedade que é estabelecido por lei como privada por aquele que a adquire através de compra e venda (STEDILE, 2012).

Logo, têm-se a estrutura fundiária de cada sociedade, que em síntese é o perfil de distribuição de terras de uma sociedade, que de acordo com a maneira que a distribuição é realizada acarreta muitas consequências (ALENTEJANO, 2012).

Como por exemplo a concentração de terras no Brasil, que produz desigualdades na sociedade, visto que um número muito pequeno da população (menos de 10% da população) possui a maior parte de terras enquanto a maioria reparte cerca de 20% das terras (ALENTEJANO, 2012).

Isto se desdobra em muitas terras improdutivas, ou produzindo monoculturas para exportação; em camponeses sendo expulsos do campo por falta de trabalho, terra e baixos salários aos que ainda possuem; criação de favelas nas cidades de médio e grande porte, pois os trabalhadores rurais não tem para onde ir; produção de produtos agrícolas para o exterior não abastecendo a sociedade que o produz; transferência do patrimônio do país para os países estrangeiros através de empresas estrangeiras alocadas no território; muitos trabalhadores do campo sem a terra para trabalhar lutando por um pedaço de terra; violência a estes que se mobilizam para conquistar uma parte da terra; e destruição dos recursos naturais através dos monocultivos, desmatamento, mau uso da terra, etc (ALENTEJANO, 2012).

E partindo deste pressuposto, é mister compreender a questão agrária das últimas duas décadas, onde se enfatizou a maior produção agrícola em detrimento dos camponeses e dos recursos naturais com o fim último de maior lucratividade.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Através do modo de produção capitalista e a apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho nas mãos de poucos, pois é intrínseco ao sistema que haja esta apropriação e expropriação, temos que houve o rompimento da relação que existia entre o ser humano e a natureza.

Desde a gênese do capital que a terra é o meio universal de trabalho do ser humano, não modificando esta centralidade após o desenvolvimento das forças produtivas, visto que através dela há o fornecimento do local e dos recursos necessários para desempenhar o que lhe é natural (MARX, 1980:2014).

O processo de trabalho, está guiado na criação de valores de uso para suprir as necessidades humanas; como meio imprescindível para o metabolismo entre ser humano e natureza; e como caráter "natural eterna" do ser humano (MARX, 1980:2014).

Logo, a existência e reprodução dos seres humanos dependem de condições materiais que são obtidas pela relação daqueles com o ambiente, transformando os recursos naturais em produtos úteis para sanar as necessidades adquiridas ou naturais. Logo o ser humano depende dos recursos do ambiente (NETTO; BRAZ, 2011). Por conseguinte, o homem é parte da natureza, e portanto está indissoluvelmente ligado à esta (MARX, 1844:2004).

Ocasionalmente em um metabolismo social, que segundo Martinez-Alier et al. (2010) e Engels (1876:2006), se refere a maneira como o ser humano está inter-relacionado com o meio ambiente, sendo parte da natureza.

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota

sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevisíveis e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques, os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. [...] Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (ENGELS, 1876:2006, p. 7).

Contudo com o sistema capitalista e seu produtivismo, ocorreu uma ruptura da relação existente entre o ser humano e a natureza, em que a grande indústria expropria a força de trabalho e a grande agricultura expropria a terra e a força de trabalho, havendo mais tarde a união da grande indústria com a grande agricultura expropriando a terra e os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade e destruindo os recursos naturais (MARX, 1894:1985).

Visto que, a propriedade privada incorporada no ser humano acabou o levando para o âmbito da propriedade e da alienação (MÉSZÁROS, 1930:2006). Antes da alienação, todo trabalho produtivo, o ser humano se faz produtor daquilo que produziu, logo o faz ter a relação com a natureza de forma equilibrada e intrínseca ao ser humano. Contudo a relação humanidade/natureza alienada rompe com o metabolismo natural existente entre seres humanos e o ambiente. (O trabalho dentro da perspectiva de propriedade deixa de ter a produção como central e passa a ser parte de um material para a produção) (NETO, 2015).

O trabalhador só se reconhece como trabalhador por conta do capital, e o capital só vê o ser humano como útil se este lhe vender a força de trabalho, logo o trabalhador está alienado ao sistema capitalista não se reconhecendo como ser humano que produz, mas como mercadoria (como força de trabalho para ser vendida) (MARX, 1844:2004).

[...] No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital,

objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. [...] O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. **O homem nada mais é do que *trabalhador*** e, como trabalhador, **suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital**, que lhe é estranho [...] (MARX, 1844:2004, p.91, grifo nosso).

Logo, a apropriação da força de trabalho é de suma importância para o modo de produção capitalista existir; assim sendo os donos dos meios de produção começam a expropriar a força de trabalho de muitos trabalhadores, pois dela se cria a mais-valia (algo de suma importância para o sistema fluir); isto posto, a "sociedade vai deixando de ser aquela formação mais simples do início da história humana, para adquirir uma forma cada vez mais complexa, articulada e contraditória" (LESSA, 1999, p. 26).

Posto que, o trabalho alienado é a ligação central entre o estranhamento do ser humano como produtor e o "sistema do dinheiro". Assim sendo temos que a propriedade privada é resultado do trabalho alienado (MÉSZÁROS, 1930:2006), logo a propriedade privada é incorporada no ser humano suprimindo a essência do ser humano enquanto tal e enquanto produtor (MARX,1982:2004).

Resultando em um ser humano produzindo, mas não se reconhecendo como produtor, pois a grande indústria e a grande agricultura passam a apropriar-se do trabalho realizado por aqueles que não possuem nada além de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, que os proprietários também se reconheçam como meros proprietários estabelecendo contratos com os outras pessoas e se apropriando da riqueza produzida por seus empregados (MÉSZÁROS, 1930:2006).

Levando a todos de uma sociedade reconhecerem o que possuem a partir da compra de mercadoria, e não porque foi produzida por aquele ser humano, logo o que passa a reinar, é o ter e não o ser (MARX, 1982:2004).

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc., enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização (MARX, 1982:2004, p.108).

Porém Guhr (2015) traz que é importante ressaltar, que antes do capitalismo haviam depredações dos recursos naturais, contudo estes eram realizados pela falta de desenvolvimento das forças produtivas. Com o sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas chegou a um ponto alto, rompendo com o metabolismo entre ser humano e natureza, e degradando os recursos naturais.

Segundo Santos (2015), o sistema capitalista tem em sua essência a apropriação de mais-valia, e utiliza de diversos meios para adquiri-la, como por exemplo a força de trabalho e os recursos naturais. Assim sendo com o passar do tempo o sistema veio sendo desenvolvido para uma maior apropriação desta mais-valia em menos tempo, e hoje na agricultura, o modelo que tem sido utilizado para uma melhor e maior apropriação da mais-valia é o agronegócio.

O agronegócio no Brasil teve o consenso na sociedade nas últimas duas décadas, através de propagandas incentivando a saída do atraso e do ranço do latifúndio, de produção com sustentabilidade e de superação da reforma agrária (SANTOS, 2015).

Contudo há o mascaramento das reais consequências que este modelo de agricultura traz, que os são:

[...]concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, conseqüentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego, entre outros (SANTOS, 2015, p.42).

A fase monopolista do capitalismo está consolidada através da união das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Desta forma os capitalistas das multinacionais não estão e não atuam somente em países industrializados, estes estão em todos os países em que as multinacionais atuam. Deste jeito, ligado a esta ordem internacional, têm-se uma nova divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 2013).

Em que os países do sul foram designados para a produção de commodities agrícolas e minerais, e esta dominação sobre a economia e produção destes países

geraram fortes impactos negativos, com profundas modificações ocasionadas pelo agronegócio no âmbito agrário (RIGOTTO; AGUIAR, 2015).

Esta nova ordem internacional, advinda da consolidação do capital monopolista ocorreu por intermédio de três importantes acontecimentos. O movimento internacional de capitais, que através de empresas monopolizadas filiadas em várias partes do mundo começaram a captar investimentos destas gerando uma superestrutura de captação internacional; a produção capitalista internacionalizada, por intermédio de incentivos em pesquisas; e por último, porém não menos importante, as inúmeras ações internacionais de governos (OLIVEIRA, 2013).

Partindo destas mudanças ocorridas no mundo, que por sua vez modificou estruturalmente toda a dinâmica do Brasil em sua economia, política e o social, a agricultura brasileira dos anos 2000 possui diferenciais em relação àquela agricultura da década de 1960 (SILVA, 2013).

Nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil ocorreu a revolução verde, onde houve a expulsão de muitos colonos de suas terras, dando lugar para monoculturas. E para além das expulsões, houve a mecanização da produção com máquinas importadas com o seu uso restringido nas fazendas ditas avançadas. Desta maneira, neste período a produção de alimentos se dava através de monocultivos e a criação de animais de forma extensiva, modificando o processo produtivo dos antigos colonos (MACHADO; FILHO, 2014).

E estas mudanças foram advindas do Segundo Pós-Guerra mundial, em 1945, onde houve muitas mortes e um número elevado de pessoas passando fome. Por isso, a Fundação Rockefeller financiou um grupo de pessoas para exportar a revolução agrícola dos EUA para o México, tendo como justificativa aumentar a produção de grãos com o fim último de acabar com a fome de 2,5 bilhões de pessoas. Contudo os autores colocam que mais tarde ficou claro que a real intenção da fundação era a inserção do capitalismo no campo (MACHADO; FILHO, 2014).

Segundo os autores, o cerne da revolução verde é modificar e implantar grandes monoculturas. Estes autores também afirmam que hoje, anos 2000, o capital fictício gere a revolução verde através do controle das multinacionais detentoras de

patentes de sementes e produtoras de fertilizantes e agrotóxicos, realizando a reprodução do capital em mais um segmento, o agronegócio.

Assim sendo na atualidade, temos complexos agroindústrias, porém, o processo de evolução da agricultura brasileira se deu de forma “desigual” e “excludente”. Desigual, porque os produtores foram favorecidos de formas diferentes, ou seja, os pequenos produtores tiveram dificuldades no acesso ao crédito e quando conseguiam era menor, sem contar nas dificuldades para o acesso aos insumos, máquinas, entre outros como citado acima. Enquanto que os médios e grandes obtiveram atendimento diferenciado e melhor. Excludente, pois foram poucos que alcançaram uma evolução completa, enquanto que a maioria ficou a mercê do sistema (SILVA, 2013).

Logo, há um mecanismo de dependência das multinacionais que controlam a produção e o comércio de sementes e de agrotóxicos, visto que as sementes produzidas pelas multinacionais são sementes melhoradas para altas produções, que ao mesmo tempo são modificadas para eliminar as resistências naturais e aumentar a dependência dos agrotóxicos (MACHADO; FILHO, 2014).

E por fim, nesta cadeia ainda há os camponeses, que se tornam dependentes destas multinacionais sendo-lhes imposto o uso das sementes e dos agrotóxicos automaticamente.

Desta maneira, segundo os autores Machado e Filho (2014), o paradigma da revolução verde está apoiado em três princípios: "fertilizantes de síntese química", venenos que contaminam as vidas humana e ambiental e monoculturas que eliminam a biodiversidade. Tudo com o fim último de criar novas fontes de reprodução do capital.

Logo Silva (2013) afirma que, o processo foi e é perverso, posto que houve exclusão e ainda há, e por conseguinte houve concentração da produção, da renda, das terras e da própria miséria.

Diante disto, os complexos agroindustriais se aglutinam, não havendo mais capitais separados, mas sim conjugados, e nestes estão os capitais bancários, agrários, industriais e comerciais. Isto posto, os camponeses vão perdendo espaço, pois os

grandes complexos tomam força e poder, eliminando desta forma os pequenos produtores e reduzindo os trabalhos temporários por tempo de safra, pois a evolução da produção demanda de poucos trabalhadores por conta do maior uso da tecnologia (SILVA, 2013).

Com relação a conjugação de capitais, temos um Brasil em que o capital fictício no ramo da agricultura, possui dois artifícios importantes para o seu funcionamento, e estes são o mercado de terras e o crédito rural. Desta maneira, temos um país em que a renda da terra capturada pelos capitalistas é de suma importância para a reprodução do modo de produção capitalista, e junto deste, o sistema de crédito, pois serve como ponto crucial para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, que por sua vez giram em torno da busca desenfreada da taxa média de lucro do capital que está aplicada em diversos setores da agricultura (DELGADO, 2013).

E como a dinâmica do modo de produção capitalista é contraditória, no final de 1998 ocorreu uma crise da dívida, parecida com a crise de 1982, e nesta o Brasil utilizou da mudança do regime cambial. Portanto, para gerar saldo comercial com o intuito de pagamento da dívida, o Estado recorre aos setores primário-exportadores, mesmo sendo autodenominados com uma agricultura nos moldes do agronegócio. Assim sendo, o relançamento do modelo de agronegócio foi adiado para o século XXI (DELGADO, 2013)

O agronegócio segundo a perspectiva brasileira significa “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária” (DELGADO, 2013, p.64) ocorrida através da modernização técnica de 1970.

Destarte, de fato o relançamento do agronegócio iniciou no século XXI, mais especificamente no segundo mandato do governo FHC através das seguintes iniciativas: investimento na infraestrutura do território, ou seja, estradas e meios de transporte para o desenvolvimento do agronegócio; incentivo para pesquisas na área agropecuária, mais precisamente através da EMBRAPA, tendo como intuito a associação com empresas multinacionais do agronegócio; pouca regulação com relação ao mercado de terras; e um grande incentivo para com o crédito rural (DELGADO, 2013).

Segundo Delgado (2013), os produtos básicos e semimanufaturados evoluíram muito com relação aos manufaturados, logo houve de fato uma reprimarização do comércio exterior no século XXI. E ligado a tal constatação, temos uma forte valorização do mercado de terras, pois as commodities desenvolveram muito, como já foi dito.

Além do desenvolvimento relatado acima, é constatado contradições e desigualdades no mesmo, e por tal se tem uma questão agrária. Entretanto esta deve ser analisada em sua totalidade. Por isso é de suma importância enfatizar alguns autores que estudam a questão agrária por este enfoque.

Segundo Sampaio Júnior (2013), a questão agrária não deve ser analisada ou vista de forma unilateral, mas sim em sua totalidade, pois está permeada de processos complexos que não podem ser dissociados, e neles estão “a questão urbana, a questão nacional e a questão operária”, um conjunto de contradições inerentes ao modo de produção capitalista (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p.236).

E junto deste último, segundo Fernandes (2013), a questão agrária deve ser analisada pelo conjunto de contradições que carrega que se tratam do “conflito por terra e o desenvolvimento rural”. Estes dois processos ocorrem ao mesmo tempo e estão circunscritos na contradição do modo de produção capitalista, que confere na concentração da riqueza nas mãos dos donos dos meios de produção e uma expansão da pobreza.

A definição da questão agrária para Sampaio Júnior (2013) partindo de uma visão totalizante é a ligação desta a “problemática da formação do Brasil contemporâneo”, se tratando desta forma, das consequências negativas trazidas pelo desemprego estrutural, pela concentração de renda e de um poder político/social de controlar todo o desenvolvimento do capital nacionalmente. Para tal, a situação precária vivida por um trabalhador rural acarreta na reprodução do funcionamento do modo de produção capitalista e junto a este, “o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social como base da sociedade nacional” (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p. 194).

E segundo Prado Júnior (1979), a questão agrária se refere à relação existente entre a miséria da população rural brasileira desfavorecida e o modelo de estrutura agrária do Brasil, no que lhe concerne, como ponto principal a forte concentração de terras.

Assim sendo, Estevam; Stedile (2013) trazem elementos importantes para a compreensão da questão agrária do século XXI e os desafios enfrentados para a reforma agrária, e estes elementos se conformam em uma nova configuração na disputa de territórios, pois se dá em nível internacional com novos atores engendrados. Alguns dos atores desta configuração são os setores financeiros, de empresas agroindustriais e países cada vez mais envolvidos nos ramos de commodities, agrocombustíveis e alimentício como foi explanado acima.

E junto deste cenário apresentado, se tem a outra face da questão agrária, que se trata das lutas dos sem-terra, de comunidades tradicionais, de trabalhadores rurais, camponeses, entre outros, que lutam contra as novas investidas dos detentores do capital (ESTEVAM; STEDILE, 2013).

Haja vista que a economia do Brasil fica sujeitada ao capital estrangeiro, de forma dependente, trazendo consigo uma estagnação em períodos longos e com crises muito fortes na economia, como também “reversão estrutural”. Desta maneira impede o país de desenvolver nacionalmente de forma equilibrada, pois os detentores do capital brasileiros para ganharem sua margem de lucro, utilizam da exploração do trabalho, da manipulação social e ambiental, para através destas expropriações manterem-se dirigentes de uma economia dependente (SAMPAIO JÚNIOR, 2013).

E uma grande parte dos brasileiros depende da utilização da terra, entretanto há uma grande concentração de terras no país caracterizando a economia agrária existente no Brasil. Desta maneira, o benefício é dado a uma parcela mínima da população, enquanto que a grande maioria é forçada a viver na pobreza (PRADO JÚNIOR, 1979).

Pois o domínio da produção agrícola realizado pelas mãos dos agroindustriais e grandes empresas agrícolas, só tem aprofundado a falta de renda e trabalho no campo; aumentado o êxodo rural para as cidades urbanas de forma marginalizada;

aumentado setores de agricultura familiar somente para a subsistência ou não existência, entre outros (SAMPAIO, 2013).

E para além destas contradições, Oliveira (2013) enfatiza que o agronegócio traz a modernização ao país e traz também a dependência, pois o que é exportado muitas vezes é importado de outro lugar para o Brasil. Ou ainda exporta um produto e importa outro. Não há uma soberania alimentar, a produção é revestida em pagamento da dívida externa e interna, sem contar que os preços das commodities estão sempre a mercê das bolsas de mercadorias e das bolsas de futuro.⁷

A visto disto, os capitalistas do ramo da agricultura buscam cada vez mais uma maior integração no agronegócio para o mercado exterior, e uma menor possibilidade de acesso a terras para os camponeses. Visto que, há uma “monopolização do território” pelos capitalistas que buscam incessantemente mais lucro (OLIVEIRA, 2013).

[...] Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda: de um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade; de outro, o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços nem a repressão social-democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais, como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não veem esta realidade são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e também dos excluídos da cidade para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses (OLIVEIRA, 2013, p.105,106).

Desta maneira, por mais que tente colocar que o agronegócio traz produção, riqueza, trabalho, novas tecnologias, ele traz também a concentração de poder, de riqueza, de produção; a expropriação de recursos naturais e da força de trabalho daqueles que só possuem esta para vender; e traz a exclusão dos que não possuem os meios de produção. Logo, existe a contradição e esta está arraigada na lógica capitalista (FERNANDES, 2013).

É pela dinâmica instaurada pelo sistema capitalista que os defensores do agronegócio acreditam não ser mais necessário uma reforma agrária no Brasil, pois a

⁷ [...] Un proceso laboral basado en un bien natural escaso que no puede producirse socialmente y por ende es naturalmente monopolizado le da al proceso capitalista de producción del que es soporte peculiaridades cualitativas: tiene efectos sobre la concurrencia al interior de la rama, afecta la formación del precio de producción y de la cuota de ganancia y actúa sobre las condiciones de su concurrencia con las demás ramas (BARTRA, 1979, p.127,128).

modernização tecnológica ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, também chamada de revolução verde, trouxe a garantia de uma produção em grande escala sem uma distribuição de terras, dando uma garantia de solução para os problemas da fome e pobreza existentes no âmbito rural. Porém esta realidade só tem sido agudizada, e conjuntamente a esta um aumento do controle do “mercado de insumos e mercadorias agrícolas” (ESTEVA; STEDILE, 2013).

E além de defenderem a não reforma agrária, também defendem a não existência da questão agrária⁸, visto que para estes não dá para modernizar sem que haja pessoas com fome e na miséria; como também não se faz necessário uma distribuição de terras considerando que o aumento da produção dependa somente de uma intensificação desta produção através de mais tecnologias, entre outros artifícios (SAMPAIO, 2013).

Todavia é mister afirmar diante das justificativas supracitadas, que existe sim uma questão agrária, pois todo o processo que está relacionado a produção agrícola está permeado por entraves estruturais impedindo por sua vez um desenvolvimento equilibrado (SAMPAIO, 2013).

Desta maneira, é necessária uma reforma agrária, mas uma reforma agrária que ultrapasse a distribuição de terras, que alcance o desmonte do modelo agrícola em vigência, o agronegócio, com o intuito de substituir tal modelo, por um que trará equilíbrio nas áreas econômica, social e ambiental (SAMPAIO, 2013), um equilíbrio do metabolismo entre ser humano e natureza.

⁸ “Na literatura clássica sobre a formação da agricultura capitalista, entende-se por “questão agrária” os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais que uma dada estrutura agrária opõe ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição de uma sociedade nacional capaz de autodeterminar seu desenvolvimento” (SAMPAIO, 2013, p.93).

2.2 A REFORMA AGRÁRIA E O METABOLISMO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

"A reforma agrária polariza a luta de classes entre dois polos opostos: de um lado, o latifúndio e seus aliados incondicionais – as burguesias brasileiras, o imperialismo e todos os temporários, os sem-terra, enfim, todos os homens do campo que vivem de seu próprio trabalho e seus aliados – os trabalhadores urbanos, empregados e desempregados. Em suma, a luta pela terra é um problema de classe. A vitória da reforma agrária depende de mudanças de grande envergadura que desatem a dupla articulação responsável pela perpetuação do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente segmentos da pequena burguesia que se beneficiam de privilégios aberrantes; de outro, os pequenos proprietários, os arrendatários pobres, os posseiros, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores"

(SAMPAIO JÚNIOR)

A reforma agrária no final dos anos 1950, era um modelo de reforma agrária baseado na junção de burguesia nacional e trabalhadores, suplantando o desejo da burguesia nacional de acabar com o modelo pré-capitalista, coronelista⁹ do meio rural, levando este âmbito da produção brasileira para o capitalismo, para a partir deste desenvolver o país em seu interior (GERMER, 2013).

⁹ O modelo da época era baseado em um domínio de países estrangeiros sobre o Brasil, dificultado o desenvolvimento do comércio e produção do país internamente (GERMER, 2013).

Neste momento histórico, a estrutura agrária brasileira era constituída por latifúndios que produziam vários produtos para o exterior cumprindo seu papel na divisão internacional do trabalho, porém esta estrutura não possibilitava a produção de alimentos em preços baixos, por exemplo. Logo não atingia o objetivo que lhe foi imposto pelos países desenvolvidos, desta maneira a reforma agrária capitalista era a forma de alcançar uma agricultura expandida e moderna (ROMEIRO, 1992).

Entretanto, a burguesia ruralista não aceitava a reforma agrária, logo um pouco depois do golpe militar (1964), estes através do Estado expulsaram os trabalhadores rurais de suas terras (concedidas em sua maioria pela Lei de Terras, 1850); modificaram a produção, substituindo lavouras por pastagens extensivas; concederam um tipo de indenização para os moradores antigos (ROMEIRO, 1992); e implantou em 1967 a modernização conservadora partindo de estratégias, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e um incentivo para o mercado de terras através das desregulações do Estatuto da Terra (LEI Nº. 4.504, dez. 1964) e do Código Florestal (LEI Nº. 4.771, set. 1965) (DELGADO, 2012).

No entanto, quando o Estado procura implementar uma política de Reforma Agrária, vive um processo contraditório que tem como consequência sua paralisação ou quando não, uma submissão aos interesses hegemônicos dos proprietários rurais. Quando põem em movimento suas ações de procurar limitar o direito de propriedade, ele sofre o ataque dos proprietários no sentido de impedir a implementação de uma função macroeconômica de desenvolvimento social que leve em conta a transformação da estrutura fundiária herdada. Agitam para isso as bandeiras da incorporação tecnológica e dos ganhos de produtividade, ou seja, as transformações no campo que decorreram da modernização conservadora e da revolução verde, refugiando assim a propriedade absoluta no argumento de que o arranjo macroeconômico foi bem sucedido sem precisar tocar na questão da estrutura fundiária, sem necessidade de se implementar a Reforma Agrária (PEREIRA, 2004, p.65).

E foi neste contexto que o MST surgiu, a partir das mobilizações dos trabalhadores rurais expulsos de suas terras e a margem da modernização conservadora na agricultura. As lutas pela terra foram emergindo e ganharam força depois do golpe militar, mais especificamente no início dos anos 1980 (BARCELLOS, 2010), onde estava a acontecer a crise e o endividamento do país com grandes cortes nos gastos sociais, desempregos, favorecimento das produções para o exterior, entre outras consequências que pauperizou ainda mais a vida dos brasileiros dependentes de sua força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Desta maneira o MST unindo as mobilizações de luta pela terra em vários estados do Brasil, em especial da região sul do Brasil, em 1984 formalizou a sua criação, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, no estado do Paraná, na cidade de Cascavel (BARCELLOS, 2010).

Vale salientar que esta criação foi realizada a partir de muitas articulações entre os movimentos rurais, já trazendo a particularidade do MST de coletividade e popularidade (BARCELLOS, 2010).

Ganhando força, o MST foi considerado o maior movimento popular de mobilizações de camponeses lutando pela terra, reivindicando a reforma agrária prometida e não cumprida (BARCELLOS, 2010), inclusive no plano legislativo, visto que durante as mobilizações dos trabalhadores, estes conseguiram abrir um Congresso Constituinte, que foi marcado por um crescimento democrático; avanço dos direitos sociais, políticos e econômicos (BEHRING, 2003; SALVADOR, 2010), abrangendo muitos direitos, inclusive os relacionados com a terra, que os são, os artigos 184 e 186 da Constituição de 1988, que prevê a desapropriação da terra caso não haja o cumprimento da função social (MST, 2017).

E é importante salientar que a reforma agrária que o MST lutava em seu início se referia ao modelo trazido da Europa, e que foi descrito acima. De uma reforma clássica para dividir as terras com os trabalhadores e desenvolver o país internamente.

Hoje temos uma reforma baseada no neoliberalismo que nunca teve como objetivo uma modificação da estrutura fundiária do país, mas somente ações paliativas levando os trabalhadores pobres para lugares longínquos e remotos, com a finalidade de informar resultados, porém deixando os mesmos sem uma mínima assistência a mercê de toda a dinâmica colocada pelo modelo de produção agrícola do país (SAMAPIO JÚNIOR, 2013).

Portanto, é necessário um projeto que socialize os meios de produção, confrontando estas reformas paliativas que tem sucedido. Entretanto, é mister o fortalecimento dos movimentos sociais no campo para com este propósito, pois para muitos este

discurso não cabe para o meio rural, por não possuir grandes empresas com uma quantidade enorme de funcionários (GERMER, 2013).

Porém esta realidade cabe sim para os camponeses, agricultores, bóias-frias, entre outros, pois existem grandes complexos no campo, e os trabalhadores rurais, que são muitos, diga-se de passagem, têm sido cada vez mais colocados em uma maior pauperização (GERMER, 2013).

Então, sim, a luta é para todos, pois a questão agrária permeia todos os âmbitos e afeta a todos os trabalhadores que possuem somente sua força de trabalho para vender. Logo, o que se busca é a socialização não só da terra, mas dos meios de produção para que todos tenham condições dignas para viver, reproduzir, comercializar o que produziu, e isto só pode ser realizado por uma reforma agrária popular.

E o MST hoje, objeto desta dissertação, traz como proposta esta reforma agrária popular, enfatizando o popular como sendo de todos, pois o MST tem como base do movimento o próprio povo. Pois, o povo é a base da sociedade, logo com um trabalho popular, onde haja um trabalho político de organização e conscientização, leva os trabalhadores a se tornarem sujeitos de sua história tendo condições para transformar a sociedade (CERIOLI, 1997).

Assim sendo o movimento é estruturado de forma leve e dinâmica, sendo adaptada as realidades, sendo um movimento de massas e inteligível a todos os camponeses. Onde existem lideranças dos núcleos de trabalho ou das cooperativas (exigência da legislação cooperativista), porém sendo dirigido de forma coletiva (BOGO, 2003).

Isto posto, o movimento popular camponês, é um movimento de massas composto por famílias que querem lutar pela terra, visto que no movimento as famílias tem que estar em comum acordo, andando juntas (BOGO, 2003).

Por tal, a filosofia do MST é democrática e participativa, portanto popular. Pois, "a democracia significa poder popular e não representação popular. Ou seja, a massa respeita seus representantes, mas estes devem estar entrelaçados com ela" (BOGO, 2003, p.78).

Ou seja, uma reforma agrária que seja constituída por um processo de expropriação das terras e meios de produção da burguesia rural e dos latifundiários, colocando desta forma o controle das mesmas nas mãos dos trabalhadores rurais. Para depois, através de um governo dirigido pelos trabalhadores em geral, avançar para a socialização das terras e meios de produção por intermédio de cooperativas (GERMER, 2013).

Desta forma, temos que a questão agrária é inerente a contradição do capitalismo, logo esta alimenta a contradição como também pode enfraquecê-la, visto que se trata de um paradoxo. Portanto, quando há o fortalecimento da luta de classes, quando há lutas políticas, os camponeses ganham força (FERNANDES, 2013).

E como tal, a busca deste trabalho é enfatizar a todo o momento que a luta deve continuar, pois as contradições existem e a barbárie só tem aumentado, por isso a discussão da agroecologia.

Pois a agroecologia se trata de um conceito baseado no pensamento social agrário e nos movimentos sociais que foram surgindo em oposição aos processos de industrialização da agricultura, confrontando o modelo de produção agrícola e suas consequências sociais, ambientais, políticas, etc (GUZMÁN; WOODGATE, 2013).

Segundo Löwy (2005), a questão da exploração da força de trabalho e do ambiente traz consigo um debate sobre a "articulação" entre luta de classes e luta pela defesa dos recursos naturais, unificando as duas lutas em um "combate comum contra a dominação do proletariado" (p.30,31).

Visto que no atual contexto do agronegócio os produtores não são donos do próprio negócio, mas seguem um pacote advindos dos vendedores de insumos, máquinas e sementes, indo de encontro com práticas milenares dos antigos produtores (MACHADO;FILHO, 2014). E portanto rompendo com o metabolismo social existente entre o ser humano e a natureza como enfatizado durante o capítulo (FOSTER, 2014).

3 A ANÁLISE CRÍTICA DAS DIMENSÕES SOCIECONÔMICA E AMBIENTAL DA AGROECOLOGIA

"O passo inicial é a desconstrução do saber da agricultura convencional. Romper com o dogma das receitas, dos pacotes; substituir o aparentemente simples por princípios; estudar os clássicos. Não só da produção agrícola - animal e vegetal - como da filosofia. É indispensável desenvolver a capacidade de pensar. Isto implica necessariamente na reformulação dos currículos escolares, na inter-relação constante e dialética de que "tudo se relaciona com tudo" e que da contradição dos contrários surge o caminho"

(Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho)

No capítulo anterior foi desenvolvido o debate da questão agrária brasileira no século XXI, assim como a necessidade de uma reforma agrária popular, proposta trazida pelo MST e que traz em seus objetivos a implementação da agroecologia, e por conseguinte o restabelecimento da relação ser humano/natureza.

Assim sendo, neste capítulo serão analisadas as contribuições trazidas por autores que estudam a agroecologia desde o seu surgimento como ciência, com a finalidade de trazer as raízes da agroecologia apropriada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e, por conseguinte a concepção agroecológica que o movimento propõe.

E como todo conhecimento científico, a agroecologia é estudada por diferentes autores, trazendo consigo diferentes contribuições. Mas vale ressaltar que esta

dissertação tem como enfoque refletir sobre o aspecto sócioambiental da agroecologia no MST. Logo, neste capítulo se faz necessária uma discussão das contribuições trazidas pelos autores que são mais utilizados nos trabalhos sobre agroecologia, pois muitos destes são utilizados pelo movimento social.

Pois a agroecologia no MST não é formada exclusivamente por si só, ou juntamente com a Via Campesina isoladamente. A agroecologia é estruturada interdiscursivamente por vários “sujeitos/mediadores”, que através de interações, disputas e influências formam o processo em sua totalidade. Logo, o movimento está constituído deste conjunto de interrelações sóciopolíticas que envolvem instituições, universidades, ONG’s e o Estado (RODRIGUES, 2014).

3.1 A RACIONALIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA NO CAPITALISMO *VERSUS* A SUSTENTABILIDADE DA AGROECOLOGIA

O ambiente é composto pelos bens pertencentes a natureza e a humanidade, que são: "os humanos, as florestas, os rios, as cachoeiras, o ar, a água, os ventos, as nuvens, os vulcões, o mar e seus produtos, o petróleo, o gás natural, o carvão, os minerais, a terra, o solo, a fauna e a flora, os micro-organismos" (MACHADO; FILHO, 2014, p.121).

A espécie humana com a necessidade de sobrevivência têm utilizado destes bens, alguns são renováveis, outros não, logo dependendo da forma que estes bens são manuseados o uso se torna insustentável. Contudo, existe o uso racional dos bens, onde há a proteção da natureza (MACHADO; FILHO, 2014).

Mas este uso racional não tem ocorrido, visto que o sistema capitalista leva em conta a apropriação de mais lucro e a sua reprodução exacerbada, deixando de lado o direito natural da humanidade e destruindo os tais bens com total irresponsabilidade. As consequências deste uso irracional é a contaminação do

ambiente, o efeito estufa, o aquecimento global, doenças como o câncer¹⁰, aumento da fome e da desnutrição (MACHADO; FILHO, 2014).

Segundo os autores, a modernização agrícola impactou a diversidade genética, através de monocultivos; emprego de fertilizantes e inibidores químicos e outros venenos; redução das espécies utilizadas em policultivos; entre outros. Ocasionalmente o afastamento dos recursos genéticos de seu sistema agroecológico "original" (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Já a principal causa da perda da diversidade agrícola, também conhecida como erosão genética, é a disseminação dos sistemas industrializados de produção na agricultura, na pecuária e nas plantações florestais. Outros fatores que afetam de forma negativa a agrobiodiversidade são os altos níveis de mecanização e utilização de produtos químicos, bem como a excessiva especialização no uso de variedades melhoradas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.241).

Segundo Gliessman (2008), a agricultura convencional foi muito desenvolvida e alcançou muitos êxitos, entretanto, baseada em uma produção de degradação do ambiente, afetando desta forma a base dos recursos naturais necessários para que a produção agrícola continue fluindo.

Segundo Leff (2009), a "racionalidade econômica" é expressa por um modo de produção baseado no consumo destrutivo do ambiente, degradando e expropriando os recursos naturais de maneira indiscriminada e insustentável, em nome de uma maior lucratividade.

O modo de produção capitalista quebrou a relação harmoniosa existente entre o ambiente e o ser humano, através de uma irracionalidade produtiva com o fim último de aumentar a apropriação da taxa de mais-valia (LEFF, 2009).

A degradação ambiental e a expropriação dos recursos naturais são em grande parte resultado dos "padrões de industrialização", centralização da economia nas mãos de poucos, "capitalização do campo", uso do solo de forma homogênea,

¹⁰ Um dado triste e real trazido pela pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), é que os agricultores que utilizam agrotóxicos têm uma incidência de câncer 10,6 vezes maior que outras 22 profissões que também têm alta incidência da doença (MACHADO; FILHO, 2014).

utilização de fontes de energia não renováveis e uma concentração urbana (LEFF, 2009).

A base do sistema capitalista é intrinsecamente destruidora dos recursos naturais e a crise que assola o ambiente se manifesta na destruição do mesmo e também na degradação das qualidades de vida rural e urbana (LEFF, 2009).

O que marcou as formas dominantes de produção e de crescimento econômico a partir da Revolução Industrial é o caráter determinante da apropriação capitalista e da transformação tecnológica dos recursos naturais em relação a seus processos de formação e regeneração, o que repercutiu no esgotamento progressivo dos recursos abióticos e na degradação do potencial produtivo dos ecossistemas criadores dos recursos bióticos (LEFF, 2009, p.51).

Logo segundo Leff (2009), o modelo tecnológico correto para uma eficiência crítica e de confrontação do modelo vigente, deve estar baseado em um processo de desenvolvimento social e econômico sustentável assegurados em um longo prazo.

E esta se trata de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável de acordo com a racionalidade ambiental, em que está assentada em um processo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, sustentável economicamente e socialmente equitativo e justo.

A **sustentabilidade**, definida a partir de princípios de diversidade cultural, equidade social e democracia política, abre perspectivas históricas **mais amplas que a simples maquiagem verde da economia**, através do cálculo dos custos da preservação e da recuperação ambiental. Desta forma, o ambientalismo está gerando novas teorias e valores que questionam a racionalidade econômica dominante e orientam a ação social para a **construção de uma outra racionalidade produtiva**, baseada nas potencialidades da natureza e da cultura (LEFF, 2009, p.195, grifo nosso).

Assim sendo têm-se movimentos sociais ambientalistas e camponeses reivindicando mais que terras ou uma mudança ecológica sustentável mercadologicamente. Estes têm proposto a democratização do processo produtivo, através da reapropriação dos recursos naturais, das lutas por equidade e participação de uma nova ordem social (LEFF, 2009).

Para Leff (2009) a racionalidade ambiental é uma categoria, em que a agroecologia está inserida, visto que segue a mesma orientação de mudança social, ambiental e

mercadológica do manejo ambiental, logo para o autor a agroecologia é uma ciência circunscrita nos ideais da racionalidade ambiental.

Pois, a agroecologia contrapõe com o modelo do agronegócio, trazendo possíveis soluções para os problemas advindos da revolução verde, por intermédio "de condutas e processos simples e eficientes como a própria essência da natureza"(MACHADO; FILHO, 2014, p.61).

3.2 DO QUE SE TRATA A AGROECOLOGIA?

A agroecologia emergiu em um contexto de crise sócio-ambiental que tem abalado a sustentabilidade de todo o planeta, e diante do contexto colocado muitos questionamentos em relação a ciência convencional foram surgindo colocando em xeque as racionalidades econômica e tecnológica dominantes. Logo, tem havido uma disseminação de novos valores sustentáveis para a sociedade e uma internalização destes valores (LEFF, 2002). Desta maneira a agroecologia vêm como contraponto às disciplinas convencionais, que por sua vez são as disciplinas que contribuíram para o fomento da crise (BORSATTO, 2011).

Sendo assim, quando a agroecologia surgiu esta já obtinha um enfoque pluridisciplinar, porém ainda restrito a ecologia (BORSATTO, 2011). Mais tarde, foi incorporada a agroecologia a abordagem sistêmica aos estudos agrícolas, surgindo desta maneira um novo conceito denominado agroecossistema, que por sua vez é considerado como o pilar da agroecologia (GLIESSMAN, 2005).

Essas paisagens são formadas por uma grande diversidade de agroecossistemas, pois são fruto da intervenção das práticas de agricultura nos ecossistemas. Nas áreas do agronegócio, os agroecossistemas são mais artificializados e geralmente estão degradados. Contudo, em muitos territórios onde existe forte presença da agricultura camponesa, os agroecossistemas são mais biodiversificados, produzem alimentos com fartura e diversidade, em harmonia com a natureza, respeitando seus ciclos e recuperando e mantendo coisas que são essenciais para uma agricultura verdadeiramente sustentável: águas, solos férteis, biodiversidade, riqueza cultural e sabedoria dos povos e comunidades (MONTEIRO, 2012, p.68).

As práticas agroecológicas foram iniciadas com pesquisas realizadas por André Voisin, nas décadas de 1940 e 1950 (TSUKAHARA, 2010). Na década de 1980 este

termo foi popularizado por intermédio dos seguintes autores: Miguel A. Altieri e Stephen Gliessman (EUA); Sevilla-Guzmán e Manuel González (Escola Européia). No Brasil os estudos foram iniciados a partir de uma contestação à Revolução Verde iniciada na década de 1970. Os estudiosos que participaram deste movimento de contestação são os mesmos utilizados como referência da agroecologia no Brasil, entre estes merecem nosso destaque: José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro (GUHR; TONÁ, 2012).

Desta maneira, a agroecologia é um campo de estudos relativamente novo e que utiliza de abordagens metodológicas diferenciadas, trazidas por diferentes autores como explicitado acima (BORSATTO, 2011).

Assim sendo, a agroecologia surge no Brasil como uma ciência na década de 1970, junto à efervescência de uma consciência ambiental, buscando o estabelecimento de uma base teórica para diversos movimentos de agriculturas alternativas. Não sendo uma prática agrícola alternativa, a agroecologia é uma ciência que veio para buscar algo mais amplo e complexo no que diz respeito aos agroecossistemas e todos os processos que o envolvem, tendo como resultado a sustentabilidade (ASSIS, 2002).

Logo, a agroecologia se trata de um conhecimento científico, constituído de um enfoque holístico e abordagem sistêmica. O enfoque holístico aqui tratado têm como característica uma visão de totalidade e de conjunto; e a abordagem sistêmica vem aliada ao enfoque holístico. Logo, a agroecologia integra conhecimentos de diferentes disciplinas e ciências (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Pois segundo Gliessman (2008), uma dimensão holística, é aquela que está baseada na utilização de recursos ambientais renováveis, de uma mínima dependência de insumos, uso do conhecimento tradicional, produção para auto sustento e exportação. Contrapondo a visão da revolução verde de grande dependência de insumos e do mercado, de monoculturas, e de grandes impactos ambientais (PIRES; BLUM, 2016).

Em razão disto, segundo Casado; Molina; Guzmán (2000), a agroecologia unifica as ciências naturais e sociais, com o intuito de trazer a compreensão das interações

que existem entre os processos agrônômicos, sociais e econômicos. Possui desta maneira a incumbência de trazer como ponto chave a relação existente entre o homem e a natureza.

Porquanto, a agroecologia supera a utilização de práticas alternativas e de um desenvolvimento de agroecossistemas com o mínimo de dependência de agroquímicos e de fontes de energia externa, para propor agroecossistemas que sejam produtivos conservando o meio ambiente, a cultura, o social e o econômico (ALTIERI, 2012).

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006, p.3).

E para além de uma superação de práticas alternativas, a agroecologia é apresentada como resposta para a lógica capitalista neoliberal, para a globalização econômica e para a ciência convencional, dando espaços para um conhecimento participativo e político, e não somente científico (GUZMÁN, s/d).

Porém vale salientar, que a agroecologia mesmo vindo como contraponto a exploração capitalista sobre os recursos naturais, tem sido muito utilizada como panacéia, como a solução para os problemas agropecuários sem mesmo analisar a prática, logo permanece no exercício epistemológico defendendo soluções e deixando o conceito de escala de lado¹¹. O conceito de escala é basicamente a produção em dimensões mundiais, ou melhor uma produção que atenda a demanda mundial (MACHADO; FILHO, 2014).

Contudo, uma grande parte dos estudos sobre agroecologia se baseiam no cientificismo, ou melhor, no manejo agroecológico das culturas agrícolas, não aprofundando e muito menos criticando o real motivo da agricultura convencional trazer tantos impactos negativos (GUZMÁN, s/d).

¹¹ Não são todos os autores que permanecem na dimensão epistemológica.

Desta maneira, Guzmán (s/d) traz que as contribuições teóricas que não compreendem a agroecologia na completude dos processos que a envolvem, é definida com uma perspectiva ecológico-produtiva. Visto que está permeado de uma visão produtiva e empírica, deixando de lado os âmbitos social e político.

Segundo Guzmán (s/d), a agroecologia tem como elemento central a crítica à agricultura convencional, trazendo desta forma técnicas qualitativas e participativas de manejo ecológico do ambiente, logrando para uma transformação social, não só uma mudança no manejo ecológico dos recursos naturais.

Por conseguinte, os discursos que serão apresentados no decorrer do capítulo, trazem como confrontação o modelo de produção agrícola convencional (agronegócio) e pontualmente uma confrontação ao modo de produção capitalista, defendendo reformas sustentáveis dentro do sistema capitalista, como também avançando para possíveis mudanças gerais de sistema.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE A AGROECOLOGIA E O CAPITALISMO

Segundo Löwy (2005), as propostas realizadas pelas correntes dominantes da ecologia política são reformistas, visto que estas ignoram a relação existente entre o produtivismo e o capitalismo, chegando a uma proposta final de um "capitalismo limpo".

[...]o pretensão capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista (LÖWY, 2005, p.50,51).

Assim sendo, é posto por Löwy (2005), que as reformas ecológicas trazidas pela corrente dominante são deficitárias, logo é mister substituir a "microrracionalidade" do lucro por uma "macrorracionalidade" socioambiental, necessitando de uma mudança real de civilização.

Löwy (2005), deixa claro em uma passagem de seu livro, que se deve buscar reformas imediatas com relação a expropriação dos recursos naturais, porém deve-

se ter em conta que as ações não param neste estágio, que deve caminhar para uma verdadeira mudança de civilização e de modo de produção.

E para tal, vale ressaltar que os autores da escola em agroecologia norte-americana, que se trata de Miguel Altieri, Stephen R. Gliessman carregam algumas características apresentadas acima, pois visam produções agrícolas menos degradantes ao meio ambiente, ou seja, manejo sustentável dos recursos naturais, não aprofundando na crítica sobre o modo de produção capitalista em si, mas somente ao modo de produção agrícola vigente, o agronegócio, trazendo em seus debates um caráter reformista do Estado capitalista (PIRES;BLUM, 2016).

Logo, segundo estes autores, a agroecologia é vista como um total redesenho dos agroecossistemas com bases no método da pesquisa-ação (GLESSMAN et al., 2007), por isso têm como pilar algumas mudanças nos agroecossistemas, com a finalidade de tornar a produção agrícola sustentável, de forma que os pequenos agricultores possam lidar com a terra de modo rentável e não agredindo o ambiente (ALTIERI, 2003). Como também, tendo como pressuposto que estas mudanças nos agroecossistemas englobem vários fatores que devem ser levados em conta, e são estes: ecológicos, econômicos e sociais enterestruturantes entre si (GLIESSMAN et al., 2007).

Como,

- Reduzir a pobreza
- Conservar e recuperar a base de recursos naturais (solo, água, biodiversidade, etc...).
- Promover a segurança e a soberania alimentar em nível local e regional.
- Empoderar as comunidades rurais para que participem e decidam sobre os processos de desenvolvimento.
- Criar alianças institucionais que facilitem os processos participativos e de auto-gestão do desenvolvimento, a partir das comunidades.
- Estabelecer políticas públicas (agrícolas e agrárias) que favoreçam o desenvolvimento sustentável, assim como os mercados locais e regionais (ALTIERI, 2006, p.4).

Segundo Altieri (2012), a agroecologia é uma ciência que analisa o desenho e manejo dos agroecossistemas para o fim último do desenvolvimento dos recursos humanos (pedra angular da agroecologia); preservação do ambiente; fornecer condições para suprir as necessidades humanas; "realizar uma revolução agrária".

Assim sendo o autor traz a necessidade de reformas significativas nos âmbitos político, institucional e de programas de pesquisa, superando os saberes convencionais de agricultura (ALTIERI, 2002).

Já segundo os pesquisadores da EMBRAPA, a concepção de agroecologia é fundamentada na "desconstrução das formas de produção que causam degradação social e ecológica, e da sua construção ou reconstrução, dentro do paradigma da sustentabilidade" (EMBRAPA, 2006, p.4), ou seja, está alicerçada em uma gradual transformação das bases produtivas e sociais da agricultura (EMBRAPA, 2006).

Logo esta instituição incorporou o discurso socioambiental, pois o momento atual, são de produtos que sejam ambientalmente corretos, e para não obter déficit na produção, foi adotado tal lema para a instituição. Pois, as empresas que atuam em todo processo da política agrícola estão subordinadas ao Estado capitalista. Por conseguinte, a visão da instituição é de permanência no modo de produção agrícola, porém com um lema sustentável para ser carregado (PIRES; BLUM, 2016).

Contudo é importante ressaltar que a EMBRAPA permaneceu com os interesses de pesquisas agropecuárias para as empresas internacionais. Logo, a instituição desenvolve as duas perspectivas de agricultura (CAMARGO, 2009).

Segundo Primavesi (2016), para se alcançar uma "agricultura natural" (agroecológica), é imprescindível uma mudança nos cuidados com o solo e demais recursos naturais, para que conseqüentemente se tenha uma mudança geral sustentável e saudável, tendo uma humanidade vivendo com dignidade em todas as classes existentes.

O que difere muito do discurso e luta realizada pelo MST, pois esta traz consigo uma trajetória de lutas, reivindicações e conquistas de trabalhadores explorados e expropriados, e que, portanto carregam uma formação política e social e agora também ambiental, arraigada aos seus anseios. Sem contar, que possuem um posicionamento de ruptura total com o sistema e o modo de produção que os expropriam (BARCELLOS, 2010).

Já segundo Machado e Filho (2014), estes trazem que "a agroecologia é uma ciência dialética", que possui princípios para a produção de alimentos limpos da

forma mais racional. A agroecologia não é uma panacéia, é um método que reúne novas tecnologias, conhecimentos antigos, de forma a preservar o ambiente. Tudo isso com a produção de alimentos e produtos limpos de origem animal e vegetal, sem venenos em qualquer escala.

Pois, a agroecologia traz a promoção de tecnologias limpas "que respeitam os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental e eticamente" (MACHADO; FILHO, 2014, p.38). Ou seja, através de uma mudança de regime e modo de produção, como proposto pelo MST.

Com relação as dimensões que a agroecologia está fundamentada, temos as dimensões escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica, ética, e soberania alimentar, que juntas reúnem propostas para contrapor o modelo de produção vigente (MACHADO; FILHO, 2014).

Estas dimensões em especial são utilizadas pelos autores Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, pois os mesmos as analisam historicamente, em sua essência, e, por conseguinte em sua totalidade, por isso a escolha desta perspectiva para a análise colocada.

Este estudo está subdividido em duas dimensões, as questões social e ambiental, com o fim último da análise sócioambiental da agroecologia pelo MST.

Logo, as dimensões que serão abordadas neste capítulo são escala, social, econômica e ambiental, por serem estas que irão contribuir para a análise sócioambiental da agroecologia no MST.

3.4 A DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA DA AGROECOLOGIA

As contradições sociais e econômicas inerentes do modo de produção capitalista e neste caso do modelo de produção agrícola utilizado estão postas e têm impactado profundamente a vida dos camponeses que vendem sua força de trabalho, trabalhadores rurais, pequenos agricultores, ou seja, uma grande parcela da população.

Devido as intensas modificações no modo de vida tradicional camponês e aos impactos gerados sobre as populações rurais, dentre eles perda de terras e territórios, contaminação ambiental, surgimento de doenças, precarização do trabalho no campo, aumento da violência rural, em muitos locais a construção desses perímetros desencadeou conflitos territoriais entre os camponeses, que resistem e lutam por afirmar o seu modo de vida tradicional, e os governos e empresas do agronegócio, os quais são protagonistas na efetivação dessa política implementada de forma autoritária sobre os territórios (RIGOTTO; AGUIAR, 2015, p.229).

Referente ao aspecto sócioeconômico, as dimensões escala, social e econômica da agroecologia por diferentes perspectivas, trazem importantes estratégias para o debate e confronto do modo produção agrícola.

Segundo Machado e Filho (2014) a dimensão escala constitui um dos pilares da agroecologia. Como apresentado acima, de acordo com a defesa destes autores, a escala se trata de uma produção agroecológica que atenda a uma demanda mundial, o que traduz um enfretamento ao agronegócio, que por sua vez, possui em seu molde uma escala mundial.

Só é possível a implementação da agroecologia em escala mundial, a partir da maximização da energia solar, grandes unidades de produção agroecológica, produção projetada e sob novos modelos, com novas relações de produção (MACHADO; FILHO, 2014).

Os autores deixam claro que a produção deve ser em escala mundial, através de policultivos, onde haja um inter-relacionamento holístico, ou seja, de tudo dependendo de tudo (MACHADO; FILHO, 2014).

A agroecologia implica[...] a presença de diversidades de espécies vegetais e animais.[...]Um ecossistema natural **sempre** é integrado por espécies vegetais e animais. É essa associação de espécies que assegura a base ecológica da produção limpa, da produção sem venenos, porque atua sobre as causas que determinam a presença de predadores. A multiplicidade de espécies refere-se a um ecossistema sempre capaz de sustentar uma produção em escala (MACHADO; FILHO, 2014, p.157).

Visto que a relação existente entre o ser humano e a natureza advém de um processo, um ciclo que deve ser mantido em equilíbrio. Caso contrário, teremos desastres ambientais, surtos biológicos, doenças (MACHADO; FILHO, 2014).

O que foge desta perspectiva de produção agroecológica em larga escala, pode até vir com boas intenções de mudanças, mas apóia sutilmente o modelo posto, pois não confronta o agronegócio que se baseia em uma produção para o mundo (MACHADO; FILHO, 2014).

Segundo Primavesi (2016), a produção para humanidade faz parte da fundamentação de uma produção agroecológica, visto que todos os seres humanos tem direito a uma alimentação saudável e de igual maneira.

De acordo com Ferrari (2010), o caráter local da agroecologia deve ser respeitado, pois é neste que é alcançado os objetivos concretos dos princípios agroecológicos, dado que localmente pode-se aplicar melhor a teoria e realizar experiências, logo indo contra a produção de escala (vale ressaltar que o caráter local possui sua importância na agroecologia, porém a concepção crítica avança neste quesito propondo a produção em escala).

Segundo defende Altieri (2012), a produção local irá fortalecer os pequenos agricultores, no sentido de instigá-los a permanecerem com suas famílias, diminuindo desta maneira os fluxos migratórios. O autor também justifica uma estrutura agrícola em pequeno porte que possa ser um ponto importante para alimentar o mundo, considerando que a agricultura em larga escala traz consigo o abastecimento dos automóveis, máquinas, entre outros.

Para além das razões descritas acima por Altieri, é importante a ressalva de que segundo o autor, uma estrutura agrícola de pequeno porte traz consigo uma particularidade em relação à agrobiodiversidade. Uma produção local possui um alto nível de policulturas, como também variadas combinações entre florestas, lavouras e pecuária (ALTIERI, 2012).

Pois para o autor, a agricultura familiar camponesa é muito importante para a produção alimentos para a humanidade; conservam mais os recursos naturais e produzem produtos agrícolas diversificados (ALTIERI, 2012).

A produção local também é defendida por Assis (2002), no sentido de viabilizar os mercados locais, que como consequência aproximarão produtores, comerciantes e consumidores da comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Com relação à dimensão social, os autores Machado e Filho (2014) resgatam as contradições geradas pelo modo de produção capitalista, e, por conseguinte a questão agrária que foi tão comentada no primeiro capítulo, visto que, como dito anteriormente não há como desvencilhar-se desta discussão, pois ela permeia toda a dinâmica imposta.

Logo, estes trazem que esta dimensão se torna a mais difícil de alcançar, mas não é impossível, pois deve haver uma mudança no regime social, e não uma reforma. Uma vez que o modo de produção capitalista carrega consigo um aumento da pobreza, uma concentração de renda nas mãos de poucos, contradições estas que a agroecologia em sua essência confronta (MACHADO; FILHO, 2014).

Assim sendo, Guzmán (s/d), enfatiza a mudança de toda a forma de exploração existente:

[...]conciencia agroecológica, constituyendo una aportación histórica de las formas de acción social colectiva que la sociedad civil ha generado. Son las conciencias de “*especie*” o “*intergeneracional*” (solidaridad con las generaciones futuras); de “*clase*”(rechazo a la explotación del trabajo); de “*identidad*” (aceptación de labiodiversidad sociocultural); de “*género*” (condena a la imposición histórica –y actual en determinadas etnicidades- de una superioridad del varón); y, finalmente la “*conciencia intrageneracional*” o rechazo a cualquier forma de explotación en un momento histórico vinculado a una posible dominación generacional (caso de los niños de la calle o de los ancianos). Tales logros desarrolla dos fuera del pensamiento científico (y que podría situarse al nivel de los “Derechos Humanos”) constituyen un elemento central de la Agroecología, como los componentes de su concepto de “equidad” (GUZMÁN, s/d, p.2).

Para Altieri (2012), a agroecologia como um conceito totalizante não abrange somente a questão ecológica, mas também a social e econômica, visando um desenvolvimento conjugado destes para alcançar a sustentabilidade.

Segundo Assis (2002), o processo social é de suma importância para alcançar a sustentabilidade dos agroecossistemas, pois o desenvolvimento da tecnologia deve abarcar as demandas sociais e econômicas do desenvolvimento rural.

De acordo com Caporal (2009), os princípios agroecológicos trazem consigo estratégias para potencializar conhecimentos já existentes, e melhorar ou modificar outros, com o fim último de modificar determinadas ações do meio rural e na agricultura, assegurando desta forma maior sustentabilidade social, ambiental e

econômica. Desta forma, temos que Altieri, Assis e Caporal estão em consonância no que diz respeito a um desenvolvimento rural visando uma sustentabilidade.

Visto que ultrapassa a mudança em práticas agrícolas, modificando também processos políticos, sociais e culturais, implicando em racionalização econômica e produtiva de agroecossistemas e mudanças nas ações dos atores sociais (CAPORAL, 2009).

Deste modo Assis (2002) afirma que a proposta é implementar um desenvolvimento agrícola sustentável que seja construído a partir de estratégias que contraponham o capitalismo. Sendo uma destas, o fortalecimento da agricultura familiar, que por sua vez possibilita um melhor desenvolvimento dos conhecimentos tradicionais com as forças produtivas de hoje, utilizando técnicas milenares juntamente com o avanço da tecnologia.

E enfatizando o que Assis trouxe, Guhr (2015) coloca que a agroecologia não se trata de voltar ao passado e ignorar o desenvolvimento das forças produtivas, mas de utilizar técnicas e tecnologias que foge os parâmetros do sistema capitalista de degradação ambiental e expropriação da força de trabalho.

Logo, a agroecologia é uma ciência que vem como contraponto ao capitalismo, e deve ser utilizada pelos movimentos agrários para a superação das contradições do capital (Guzmán e Woodgate, 2013).

Com relação a dimensão econômica totalmente entrelaçada com as demais vem para compor a estratégia agroecológica como mudança. Pois, a economia gira em torno de altas produções para alcançar o objetivo de altos lucros, e isto como explanado anteriormente traz como consequências a expansão da pobreza, a degradação ambiental, e políticas que só beneficiam os detentores do capital.

Assim sendo, a proposta trazida por Machado e Filho (2014) com relação à economia na perspectiva agroecológica, são de que resultados adquiridos pelos processos agroecológicos não devem atingir negativamente as outras dimensões. Não significa produções pequenas, mas produções que resguardem os recursos naturais e não utilizem de insumos químicos. Desta maneira, haverá grandes

produções, em baixos custos (pois o custo é muito menor do que um cultivo pelos moldes do agronegócio), e em consonância com os recursos utilizados.

Segundo Altieri (2012) e Assis (2002), as perspectivas de economia andam juntas, visto que estes autores defendem que a economia no molde agroecológico deve estar em comum acordo com o atendimento da demanda social. Logo deve ser viável economicamente para o produtor (pois este necessita viver com dignidade) e beneficiando o consumidor com produtos saudáveis e de baixo custo. Além destes aspectos, este também deve estar orientado na preservação do agroecossistema, pois é uma perspectiva sustentável em todos âmbitos.

3.5 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA AGROECOLOGIA

Dentre os fenômenos existentes no século XXI, temos a crise econômica mundial e a crise ecológica, que por sua vez desencadeia em efeitos deletérios para a sociedade. Sem contar com a crise alimentícia, que por intermédio das políticas comerciais e do modelo de agricultura utilizado, trazem principalmente para a população de países mais pobres impactos profundos (CHESNAIS, 2009).

Enfim, as crises econômica e ecológica se originam de um mesmo tipo de contradição, a produção capitalista e sua natureza. Visto que, há uma desregulamentação e liberalização do capital que por consequência trazem consigo a mundialização e o desenvolvimento em grandes escalas da esfera financeira (CHESNAIS, 2009).

E isto é posto por um documento publicado pela Via Campesina, em que o movimento repudia e luta contra a concentração de poder e de recursos que a esfera financeira possui.

El actual sistema económico neoliberal que favorece la concentración de capital es el motivo principal que se oculta tras estas crisis. Así, la crisis climática es el resultado de una industrialización sin restricciones dirigida al consumismo de una élite, mientras que la crisis alimentaria se debe en parte a los resultados de un sistema de alimentos que se concentra en las manos de un agronegocio que participa en la especulación y el acaparamiento. Por otra parte, la crisis financiera se ha debido a los bancos privados no regulados que han tomado decisiones financieras de riesgo,

desestabilizando economías enteras y dejándo las condeudas inmensas. Es importante que los pueblos luchen contra esta concentración de poder y de recursos (VIA CAMPESINA, 2014, p.12).

O agronegócio como modelo de produção agrícola adotado pelo mundo, e imposto pelas multinacionais e pela esfera financeira do capital (pois estão entrelaçadas) tem sido um propulsor destas crises, pois é constituído por monocultivos, uso de fertilizantes inorgânicos e agrotóxicos, uso intensivo de máquinas, produção de sementes transgênicas, um cultivo intermitente do solo, irrigação e controle de pragas por intermédio de insumos químicos (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2008).

A produção agrícola realizada através de monocultivos tem como intuito uma produção em larga escala de um mesmo produto. Porém, juntamente com a monocultura temos a instabilidade do solo e maior incidência de pragas, ocasionando no uso de agrotóxicos e fertilizantes para manter a produção em grande escala em um pleno funcionamento. Com relação às sementes transgênicas, temos a introdução desta com o propósito de fortalecer as sementes contra pragas e aumentar a produção agrícola (ALTIERI, 2012).

Desta maneira, a agricultura convencional é constituída por dois objetivos, a "maximização da produção e do lucro", e isto ocasiona em uma degradação dos recursos naturais de forma imensurável, dependência de insumos externos que a prática convencional proporciona, perda das variedades genéticas das plantas, e enorme perda das comunidades rurais, do controle da produção de alimentos, pois as commodities lideram estas produções e quem as controla são as multinacionais da produção agrícola (GLIESSMAN, 2008).

Segundo Primavesi (2016), a agricultura convencional é uma violência aos processos e estruturas do ambiente, que implantou sistemas mecanicistas no manejo agrícola, destruindo desta forma o solo, o cursos naturais da água, o clima e o futuro da humanidade, a favor da lucratividade.

Porém, existe outro tipo de agricultura, que trabalha com os ecossistemas, embora simplificados, respeitando a natureza, conservando os solos, os cursos de água, a paisagem (protegendo-a da livre passagem dos ventos) e o clima, conseguindo com isso uma produção ecológica e economicamente melhor e sustentável (PRIMAVESI, 2016, p.190).

A autora coloca que o erro de nossa época é a não consideração da natureza como uma totalidade, em que um sistema depende de todos os outros, e quando algo está em desarmonia, o equilíbrio é desfeito e as consequências são drásticas (PRIMAVESI, 2016).

Desta forma o agronegócio ou a agricultura convencional veio disseminando seus ditames, e junto destas suas consequências. Por tal intento, a partir de 1960 começa a ganhar espaço debates sobre a consciência ambiental (PIRES; BLUM, 2016).

Logo, a agroecologia surge como dito anteriormente, trazendo propostas que confrontam este modelo de agricultura e o próprio modo de produção capitalista. E uma das dimensões do conceito agroecologia é o meio ambiente (MACHADO; FILHO, 2014).

Pois, a agroecologia traz a promoção de tecnologias limpas e no âmbito do ambiente, as tecnologias limpas são a:

[...]substituição das monoculturas pela rotação de culturas; proteção dos biomas com reserva de áreas na unidade de produção que permaneçam intocáveis, como reservas biológicas; sucessão animal-vegetal; proscricção definitiva do arado e da grade (não se move o solo!); restituição da fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes de síntese química; perda da patogenicidade dos parasitas[...](MACHADO; FILHO, 2014, p.37,38).

Isto posto a agroecologia confronta os impactos negativos com relação ao meio ambiente, que os são: emissão de gases de efeito estufa, grandes monoculturas, morte e extinção de animais, desmatamentos em grandes quantidades (ALTIEIRI, 2012).

E para tanto os autores que trazem conceitos sobre a agroecologia defendem uma mesma proposta no âmbito ambiental, que se trata de estratégias e processos que estejam preservando os recursos naturais, de modo a utilizá-los da melhor maneira possível, não deixando de atingir o fim último que se refere à alimentação da população e a continuidade do produtor em sua terra (ALTIERI, 2012; ASSIS, 2002; GLIESSMAN, 2008; MACHADO; FILHO, 2014).

Visto que, segundo Primavesi (2016), trocar fator químico por orgânico não é um processo agroecológico, mas um processo orgânico. E em se tratando do processo

agroecológico ou agricultura natural (trazida pela autora), têm-se a prevenção de parasitas e não o combate dos mesmos; têm-se o melhoramento do solo; a proteção do solo; o aumento da biodiversidade; o aumento do sistema radicular; manutenção da saúde vegetal pelo equilíbrio dos nutrientes; proteção dos cultivos e pastos contra ventanias e brisas.

Todo este processo é realizado, pois é do solo que se começa o ciclo da vida. Através de um solo bem cuidado temos água e sem água, o ser humano e toda a vida do planeta não sobrevive e é a partir deste que se cultiva alimentos e cria animais (PRIMAVESI, 2016).

Assim sendo, temos um paradigma que vai muito além de um “esverdeamento do capitalismo”, pois se trata de propostas que desenvolvem uma agroecologia que reconstrua a agricultura ecologicamente tendo como o objetivo maior a luta contra o capitalismo (RODRIGUES, 2014).

Logo, criticando uma ecologia capitalista ou uma reforma ecológica, trazendo desta maneira uma superação destes reformismos, que não aceitam e não relacionam ao processo, a luta de classes e a “questão da propriedade dos meios de produção” (LÖWY, 2013).

Visto que, segundo Löwy (2005), a ecologia crítica deve estar embasada na crítica marxiana da economia política. O que foge disto, da crítica do fetichismo da mercadoria, está fadado a corrigir as destruições advindas do produtivismo do sistema capitalista.

Para Löwy (2005), no que diz respeito a questão ecológica segundo o pensamento de Marx, há um desafio de romper radicalmente com o progresso linear e "com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna" (p.38), tornando este rompimento conciliável com a preservação dos recursos naturais.

E por tal, o autor traz que o ecossocialismo - uma corrente de pensamento e ação ecológica - implica na ruptura radical com o modo de produção capitalista, visando uma nova sociedade e um novo modo de produção que seja compatível com a preservação do meio ambiente e socializando os meios de produção, ou seja, uma

"[...]propriedade coletiva dos meios de produção, um planejamento democrático que permita à sociedade definir objetivos da produção e os investimentos, e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas" (LÖWY, 2005, p.49).

Desta maneira, Löwy (2005) traz como as lutas de camponeses, inclusive o MST, e de militantes ambientais têm sido embasadas em uma ecologia social, tendo como alvo o rompimento com o modo de produção capitalista e defendendo o ambiente.

Logo, segundo Germer (2013), a reforma agrária crítica tem como intuito que os trabalhadores rurais controlem as terras e todos os meios possíveis para a sua produção, para que de fato os produtores apropriem-se de suas produções, diferentemente da dinâmica predominante, em que as produções são realizadas por trabalhadores e as apropriações das riquezas por donos dos meios de produção e das terras (GERMER, 2013).

Desta maneira temos uma disputa entre os “modelos de organização social” e a expropriação dos recursos naturais, onde é hegemônico que o modelo agrícola adotado se trata do melhor para a sociedade. Deste modo, em meio a alguns fenômenos do século XXI, temos um ataque perverso ao meio ambiente que se reflete através da degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e as graves consequências para a humanidade, especialmente a classe menos favorecida neste modo de produção capitalista, o trabalhador pauperizado (RODRIGUES, 2014).

E por tal, também há novas alternativas, sendo uma delas a agroecologia em sua perspectiva crítica, através do ecossocialismo, contrapondo e lutando contra o modo de produção capitalista, em vistas para um novo horizonte de associação dos meios de produção com toda a sociedade e utilizando dos recursos de forma sustentável.

4 O DISCURSO CRÍTICO E A CRÍTICA DO DISCURSO: SOBRE A AGROECOLOGIA NO PROGRAMA AGRÁRIO DO MST

Para compreender o lugar cada vez mais central da agroecologia no programa agrário do MST, neste capítulo será apresentado a Análise Crítica de Discurso (ADC) dos documentos publicados do MST (cadernos de estudo, cartilhas e documentos programáticos) a partir de 2000 sobre a agroecologia (ano em que incluíram este termo no programa político do movimento social).

Com o intuito de analisar os discursos postos nos documentos e cadernos de estudos publicados pelo MST sobre a agroecologia, desvelando como o MST incorpora o termo, ou seja, quais os elementos de compõe e diferem a concepção do MST de agroecologia com as demais concepções teóricas descritas no capítulo dois. E para além disto, trazer o que o movimento propõe de transformação social alicerçado nos princípios de sustentabilidade ambiental, utilizando da agroecologia como estratégia.

Desta maneira, serão realizadas perguntas com o intuito de trazer os aspectos levantados no início da dissertação que possuem lacunas. As perguntas que serão feitas são: Qual a relação do MST, e sua concepção de agroecologia, com a questão agrária brasileira no século XXI? Quais as contradições enfrentadas pelo MST em sua trajetória de construção prática de experiências e sistemas agroflorestais que aparecem e como refletem em seus documentos? Com base no debate teórico sobre a agroecologia desenvolvido no capítulo 2, quais elementos são reafirmados, e quais são negados, na elaboração e sistematização do MST? Como a proposta da agroecologia no programa do MST se vincula a um projeto mais amplo de produção com sustentabilidade ambiental e de transformação social?

E como posto na introdução da dissertação, o instrumento utilizado para a análise é a ADC. A ADC tem como abordagem da linguagem um sistema aberto, tendo uma visão dialética dos textos, para além de estruturas no sistema, podendo se modificar o sistema (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Na ADC existem 3 funções de linguagem segundo Fairclough (2003), autor que operacionalizou a análise de discurso, os significados acional, representacional e identificacional, que estão interligadas no texto, pois não se separam e ao mesmo tempo apresentam suas particularidades.

O significado acional traz como aspecto as relações sociais existentes no discurso posto, demonstrando formas de agir de quem redige o texto, ou do entrevistado e o entrevistador, entre outros (FAIRCLOUGH, 2003).

O significado identificacional traz como as pessoas envolvidas no texto estão comprometidas ou não com o que está sendo discursado. E o significado representacional traz as representações das diferentes concepções de mundo. Logo, o autor coloca que quando há uma "interação" entre três funções na análise do texto, se faz possível enxergar os detalhes que o discurso traz (FAIRCLOUGH, 2003).

As categorias do significado acional, são o gênero e a intertextualidade. Com relação ao gênero, este é utilizado para analisar como a "inter(ação) social" contribui nas ações concretas dos discursos. Em se tratando da intertextualidade, este traz como elemento a associação de quem está realizando o discurso com demais vozes (RESENDE; RAMALHO, 2006).

A categoria do significado representacional, é o próprio significado, em que tem-se uma análise de identificação dos temas centrais e a perspectiva particular de cada discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006).

O significado identificacional tem como categorias de análise: a avaliação, que por sua vez traz como aspecto o que é importante ou não no discurso; a modalidade, que diz respeito a objetividade e subjetividade do discurso (se há consenso ou não); e a metáfora, que se trata da figura de linguagem representada naquele discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006).

A análise aqui desenvolvida se dará dividida em três períodos, pois durante a sistematização se vislumbra três marcos sobre a agroecologia no MST desde sua inclusão até o último documento de 2013. Logo, os períodos se darão de 2000 a 2006 (1º período), onde há a inclusão da agroecologia no programa agrário do MST

e início das sistematizações das experiências agroecológicas; 2007 a 2012 (2º período), que trazem uma fundamentação melhor da agroecologia no MST e um vislumbre para um programa popular de transformação estrutural; e 2013 até hoje (3º período) - considerando que a última cartilha foi publicada em 2013, porém é o projeto atual do movimento, que por conseguinte remete a um programa popular de transformação estrutural do modo de produção capitalista utilizando da agroecologia como matriz tecnológica, visto que, na atualidade a difusão das práticas agroecológicas têm sido massiva.

4.1 PRIMEIRO PERÍODO DE ANÁLISE

No primeiro período de análise se tem o vislumbre dos primeiros anos de inclusão da agroecologia no programa agrário do MST. E os documentos que são analisados nesta dissertação são os publicados pelo MST sobre a agroecologia e preservação ambiental, e contidos na biblioteca virtual do movimento popular.

Estes os são: o caderno de estudo: "Pra Solettrar a Liberdade" - nº 1 - Nossos Valores, publicado em 2000, trazendo como conteúdo, os valores do MST apresentados de forma didática para que os estudantes consigam aprender e colocar em prática nos acampamentos e assentamentos.

O documento: "Nossos compromissos com a terra e com a vida", publicado em 2000, em que há o firmamento do MST com os compromissos de preservar os recursos naturais; buscar o aperfeiçoamento para o manuseio da terra de forma ecológica; produzir alimentos para toda a população, evitando práticas que degradem o ambiente; lutar contra a privatização dos recursos naturais; praticar a solidariedade entre as pessoas; e lutar para que todos tenham terra, confrontando o latifúndio.

O caderno de estudo: "Terra e Vida" - Trabalhos escolhidos no Concurso Nacional de Redações e Desenhos realizado pelo MST em 2002, publicado em 2003, onde houve uma seleção de redações e desenhos (os desenhos não apresentei, mas sempre tem relação com as redações) que tinham a ver com o que foi dialogado no

IV Congresso Nacional do MST, tendo como objetivo a sensibilização e o diálogo das temáticas terra e vida nos assentamentos e acampamentos.

E a cartilha: "A viagem das sementes", publicada em 2003, com o intuito de ser material de apoio para o 5º Concurso Nacional dos Estudantes do MST que estavam estudando o tema. Tema trazido pela Via Campesina em 2003: "SEMENTES PATRIMÔNIO DOS POVOS E A SERVIÇO DA HUMANIDADE".

Desta maneira, neste período o que há de central e traz a representatividade para os discursos é a **terra**, tendo como inter-relação a luta para alcançar a liberdade de produzir e viver na terra e da terra; a preservação dos recursos naturais; a oposição ao latifúndio que priva os camponeses de alcançar a terra para dela viverem dignamente; os latifundiários que lucram com a terra e o trabalho dos camponeses explorados; a reforma agrária (caminho para se alcançar a terra); a vida e terra como intrínsecas uma da outra. E no final do período se nota também a defesa pela diversidade de sementes, a defesa por alimentos saudáveis e a defesa por soberania alimentar.

A outra centralidade é o **trabalho**, que traz as relações sociais com a família, com o ambiente e com a sociedade. Visto que nos assentamentos e acampamentos se tem como base um trabalho de cooperação e se busca a coletividade; a solidariedade; a educação e o que os faz um movimento popular, que é o povo.

Em se tratando da modalidade do discurso (função identificacional), se tem uma modalidade objetiva, com alto grau de comprometimento, pois os discursos são realizados de forma assertiva e com vontade de lutar.

Com relação ao significado acional é exposto uma inter-ação estável entre os militantes do MST contra uma classe hegemônica que domina a produção, as terras e lucra as custas da mão de obra barata ou escrava de camponeses e depredando os recursos naturais.

Assim sendo para exemplificar as centralidades temos:

Centralidade Terra

Caderno de estudo: Pra soletrar a liberdade, ano 2000:

"Hoje em dia muitos **exploram a terra ou a danificam pelas queimadas**. Há pessoas que a ferem com cercas, pois não admitem que a terra possa ser partilhada. Outros a envenenam, na ânsia de enricar. **Outros a tem como mercadoria e com ela pretendem lucrar**" (MST, 2000, p. 07, grifo nosso).

"O povo da terra nunca conseguiu nada de graça. Precisou buscar cada conquista na marra. **Corta a cerca para partilhar a terra que um dia foi acumulada. Enfrenta a mão armada do latifúndio** e resiste à injustiça da lei. Brota da terra e marcha rumo à cidade para conquistar seus direitos. Ocupa ruas, praças, prédios, ... **Vive a solidariedade ao partilhar seu sangue e sua produção**. Carrega suas ferramentas com orgulho de trabalhador ao partir para o roçado e ao brandi-la ao sol como sinal de resistência. Sente a paixão ocupar o seu coração quando vê a dança da bandeira que aponta o caminho" (MST, 2000, p.11, grifo nosso).

Nestas passagens se nota o amor pela terra e a vontade de conquistar um pedaço de terra para manusear de forma equilibrada e viver dignamente.

Caderno de estudo: Terra e Vida, ano 2003:

"**Construir uma sociedade** que busque o **equilíbrio entre as forças da natureza e as ações humanas** é o grande desafio mobilizador de nossas ações" (MST, 2003, p.6, grifo nosso).

Nesta passagem do documento, traz o desejo e o argumento do movimento de equilíbrio e de restauração do metabolismo entre o ser humano e a natureza, pois a perspectiva central é a terra como fonte de vida e meio em que o ser humano se reconhece como ser.

E nas passagens seguintes demonstram como é forte a vontade de preservar os recursos naturais, e de transformar a realidade vivenciada.

"Eu clamo pela terra

Árvores, animais, aves e répteis

Mãe terra irá julgar todos

Aqueles que venderam a própria mãe" (MST, 2003, p.8, grifo nosso).

"O nosso meio ambiente devemos preservar;

Sem a natureza não podemos respirar.

Ela é a nossa vida" (MST, 2003, p.10, grifo nosso).

Mas tem **muita terra nas mãos de poucos**, fazendeiros, banqueiros, economistas, governos, empresários. [...]Portanto, nós, assentados, queremos fazer da terra brotar a **vida construindo um novo modelo de assentamento**, resgatando as nossas origens e valorizando a nossa cultura nos assentamentos e acampamentos, **produzindo nosso próprio alimento sem agrotóxicos e protegendo o meio ambiente**, a água e a natureza (MST, 2003, p.14, grifo nosso).

E na cartilha: A viagem das sementes, ano 2003, é representado o início das transformações do programa político do MST com relação a terra, como colocado no início:

"A década de noventa foi sem dúvida, um período de grandes transformações em todo o mundo. Os acontecimentos dos primeiros anos do século XXI indicam que o período de turbulência deve persistir. A ganância de alguns poucos contra o interesse de muitos está presente não apenas no setor de sementes, mas também no acesso à água, às florestas, às riquezas do subsolo. [...]Com criatividade e resistência, tem mostrado que um outro mundo é possível, que uma outra agricultura é possível" (CORDEIRO, 2003, p.20).

E vale ressaltar que neste documento, há uma estratégia de mudança do modelo de agricultura que abarque a produção sustentável, a diversidade de sementes, a soberania alimentar, dentre outros objetivos, ou seja se inicia a inclusão da agroecologia, em que o MST inclui em seu programa popular, como também em suas práticas (base do MST - da prática à teoria).

E isto é descrito no documento, quando se institui a primeira empresa nacional de sementes agroecológicas (1996) advinda dos assentados da reforma agrária da região sul. O nome da empresa (cooperativa) é "Empresa de Sementes BIONATUR - ligada do MST: criada em 1996. Esta foi a primeira empresa nacional de sementes agroecológicas, ou seja, produzidas sem veneno e sem adubos químicos por assentados da reforma agrária" (CORDEIRO, 2003, p.20).

Centralidade Trabalho:

Caderno de estudo: Pra soletrar a liberdade, ano 2000, traz o exemplo da centralidade trabalho, onde é afirmado o trabalho como essência do ser humano e de suas relações:

"A luta pela Reforma Agrária nos ajuda a entender que o trabalho gera vida. [...]Através do trabalho forjamos novas relações com nossa família, com o ambiente e com a sociedade" (MST, 2000, p.13, grifo nosso).

Logo neste período é visto que a relação da questão agrária do século XXI com o MST é de total comprometimento com a luta contra o latifúndio, a favor da reforma agrária, caminho instituído para a conquista da terra e possíveis mudanças estruturais. Enfatizando os danos que a concentração de terras e renda trazem para o trabalhadores como um todo, e isto inclui os danos ambientais.

E para além disto, tem-se um destaque para a importância da terra na vida dos militantes, visto que os discursos apresentam o amor, o desejo e a argumentação de trabalhar a terra e dela fazer parte, até porque segundo a teoria, o trabalho e a terra são interrelacionados. E partindo disto e do que foi desenvolvido nos primeiros capítulos, fica claro a importância do restabelecimento da relação ser humano e natureza. E isto é muito ressaltado nestes documentos do MST.

Desta forma é constatado nos documentos do primeiro período, um MST caminhando para novas estratégias que abarquem um programa agrário fundados na sustentabilidade ambiental, através da aproximação teórica e experimental da agroecologia. É por tal, que na cartilha de 2003, se tem a apresentação da agroecologia, não a fundamentando, mas dizendo que o MST já a utiliza e que foi pioneiro na produção nacional por uma empresa ligada ao movimento popular.

4.2 SEGUNDO PERÍODO DE ANÁLISE

A agroecologia foi sendo incorporada no programa político ao longo dos anos, e como tal, foi sendo acrescentado maior aprendizado e afinco para a sua fundamentação neste, a partir das práticas e suas contradições.

Neste período, se nota a sistematização de algumas experiências agroecológicas nos assentamentos do MST e a orientação de estudar a agroecologia mais a fundo. Assim sendo, é um período de avanço deste termo no MST.

Os documentos analisados neste período segue o refinamento do período passado, que o é, documentos publicados pelo MST sobre a agroecologia, e que por sua vez se encontram na biblioteca virtual do site do MST.

Desta maneira, temos para este período, a cartilha de Sistematização de experiências agroecológicas do MST, volume 1, publicada em 2007, que traz como conteúdo a sistematização das experiências agroecológicas do MST no Assentamento de Santa Maria, no Paraná; Núcleo de Agroecologia (NA), no Espírito Santo; Territorização do MST na regional de Ribeirão Preto, São Paulo; Comunidade Terra Livre, Rio de Janeiro; Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur, Rio Grande do Sul; e Acampamento Santo Dias, Minas Gerais.

Uma Carta do 5º Congresso Nacional do MST, publicada em 2007, onde é firmado o compromisso de luta contra o latifúndio; construir um programa popular de enfrentamento ao neoliberalismo e suas mazelas; defesa dos direitos dos cidadãos; luta contra todos os tipos de privatizações; luta contra a degradação ambiental; luta contra a concentração e controle de sementes; luta contra a criminalização dos movimentos sociais; luta contra a exploração exacerbada ou escrava do trabalho; luta a favor da demarcação de terras; difusão das práticas agroecológicas, entre outros compromissos que visem o bem-estar do ser humano e da natureza e que confronte o modo de produção capitalista.

Um documento com o título de a Proposta de Reforma Agrária Popular do MST publicada em 2007, onde traz a proposta de uma reforma agrária baseada em uma nova sociedade em que seja organizada pelos trabalhadores e que tenha como pilares: a igualdade, a solidariedade, a humanidade e a sustentabilidade ambiental.

As cartilhas: O solo tropical: Casos. Perguntando sobre o solo; e a Cartilha do solo: como reconhecer e sanar seus problemas, cedidos por Ana Primavesi para o MST, e publicados no ano 2009, tendo como conteúdo trazer ensinamentos práticos de como cuidar do solo de forma ecológica, entendendo o que o solo necessita e enfatizando que cada solo é um solo.

A cartilha MST: Lutas e Conquistas, publicada em 2010, que teve como intuito mostrar como foi construído o MST e quais foram as lutas que estes enfrentaram (e

ainda enfrentam) e as conquistas, para contrapor a forma como o movimento é descrito e apresentado nas mídias e demais setores conservadores com a finalidade de deslegitimar o movimento social.

E o caderno de estudo: Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação, publicado em 2010, que teve como intuito alicerçar o aprendizado dos assentados nas áreas práticas da agricultura e técnicas agrícolas; agroecologia e soberania alimentar; e cooperação.

E como o instrumento de análise utilizado nesta dissertação é ADC, o que traz representatividade nos discursos neste período são os termos agroecologia, prática transformadora (que tem em seu cerne a dialética), cooperação, reforma agrária, reforma agrária popular, vida e solo como intrínsecos, luta contra o agronegócio, e soberania alimentar. Logo os documentos representam a guisa de transformação, através de uma reforma agrária utilizando da agroecologia como matriz tecnológica (estratégia para a reforma agrária), tendo como enfoque a cooperação de todos e todas os(as) trabalhadores(as) dos assentamentos para transformar a produção e o todo (horizonte que se luta) em sustentável e popular (para o povo).

Com relação a modalidade (função identificacional), os documentos que trazem experiências concretas do MST, tem uma modalidade objetiva, com alto grau de comprometimento, pois os discursos são realizados de forma concreta, enfatizando uma reforma agrária que vise uma transformação no modelo de agricultura e no modo de vida, e lutando por uma transformação de sistema.

E as cartilhas de estudo, como por exemplo as cedidas por Ana Primavesi, se tem uma modalidade objetiva, com alto grau de comprometimento, pois os discursos são realizados de forma concreta, enfatizando que as práticas ecológicas mudam a vida e produzem alimentos saudáveis. Logo, o discurso é transformador, porém está somente no plano ambiental.

Com relação ao significado acional é exposto uma inter-ação estável entre os militantes do MST a favor de uma reforma agrária onde haja uma mudança no modelo de produção agrícola e uma luta contra o agronegócio e modo de produção

capitalista, assim como todos os documentos que trazem o que o MST luta e representa.

Neste significado, as cartilhas sobre o solo se diferem um pouco dos outros documentos, pois é exposto como que a autora enxerga os danos que o modo de produção capitalista trazem para o ambiente e como reagir a estes danos de forma prática, com o intuito de reverter os estragos realizados.

As centralidades representadas nos discursos são expostas nestas passagens:

Na cartilha: Sistematização de experiências agroecológicas do MST, ano: 2007, se tem a exemplificação das centralidades, prática transformadora e dialética:

Conhecemos quando tomamos a **prática como ponto de partida**, aprofundamos a **essência de essa prática (teorizamos) e voltamos a prática de forma transformadora**. Teoriza-se a partir da prática e não sobre ou debaixo dela, atingindo assim novos níveis de compreensão sem nos afastar da nossa realidade. Neste sentido, teorizar não é um exercício intelectual desligado da prática e da realidade, mas um processo de pensamento ordenado e sistemático que se apropria da essência da realidade social e orienta a prática transformadora (MST, 2007c, p.10, grifo nosso).

"[...]Dialética: **aonde descobrimos as contradições e sua superação de forma coletiva**, e nos apropriamos do processo de descobrimento em função da prática transformadora" (MST, 2007c, p.12, grifo nosso).

Enfatizando desta maneira o que move o MST, que se trata de lutar por uma transformação social, tendo em suas ações, práticas pensadas.

No documento: Proposta de Reforma Agrária Popular do MST, ano: 2007, traz como exemplos as centralidades, reforma agrária popular, cooperação e agroecologia:

Alvos que se busca alcançar com a proposta de reforma agrária popular:

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual

estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza (MST, 2007b, p.43).

Cooperação e agroecologia:

2. A organização da produção no meio rural

2.1. A produção agrícola será orientada com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, implementando o princípio da soberania alimentar.

2.2. A produção será organizada com o desenvolvimento de todas formas de cooperação agrícola, como: mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas, empresas de prestação de serviços, etc.

2.3. Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, usando técnicas de produção agrícola sustentáveis, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável (MST, 2007b, p.44).

E nestas passagens temos uma concepção de agroecologia diferente das trazidas por bases teóricas, visto que esta está inserida em um programa político, que se trata da reforma agrária popular e nos moldes coletivos.

Na cartilha: O solo tropical: Casos. Perguntando para o solo, ano: 2009, a centralidade exemplificada se trata da vida e do solo como intrínsecas:

A relação do ser humano com a natureza é constitutiva, sendo um ligado ao outro, como colocado nesta passagem da cartilha: "A vida vem do campo, da terra, do solo. que produz nossos alimentos. E mesmo o mais rico gênio em informática não escapa do fato de necessitar manter sua vida por alimentos, produzidos nos solos, regados pela chuva e pelos rios" (PRIMAVESI, 2009b, p.9). Contudo a forma como tem sido manuseada a terra trazem consequências perversas para o ambiente (modelo de agricultura convencional mercadológica):

Esqueceu-se que o **ser humano somente consegue criar algo de novo transformando algo já existente, que ele encontra na natureza**. É somente a troca de um elemento natural por um civilizatório. Todos nossos **melhoramentos tecnológicos afetam o meio-ambiente**, ou seja, são antiecológicos porque destroem a natureza, seus ciclos e sistemas, e com isso o Globo, nossa nave espacial, comum a ricos e pobres (PRIMAVESI, 2009b, p.8, grifo nosso).

"Nos últimos 50 anos milhares de milhões de pessoas ou exatamente 4,2 bilhões de pessoas perderam suas terras ou seus empregos no campo graças às monoculturas

e sua mecanização, o uso de herbicidas e de transgênicos" (PRIMAVESI, 2009b, p.11).

A alternativa para transformar a realidade ambiental da destruição, é descrita nesta passagem: "Somente pelo solo recuperado combate-se a miséria. E somente pela miséria vencida controla-se o Meio Ambiente e salva-se nosso Planeta" (PRIMAVESI, 2009b, p.10).

No caderno de estudo: Agroecologia, soberania alimentar e cooperação, ano: 2010, as centralidades exemplificadas são, o agronegócio segundo a visão do MST, a agroecologia, a soberania alimentar e a reforma agrária:

O agronegócio visto pelo olhar do MST:

No processo das duas grandes **Guerras Mundiais**, o avanço do conhecimento e da indústria química levou à geração dos fertilizantes e dos agrotóxicos. Na metalurgia e siderurgia, avançou a produção de grandes máquinas.[...] Outro ramo industrial no qual se produziram muitas inovações foi a agroindustrialização dos alimentos de origem vegetal e animal. Quase todo desenvolvimento científico e tecnológico vai sendo controlado e concentrado por capitalistas donos de grandes empresas industriais e comerciais e pelos bancos. Hoje, essa atividade é chamada de agronegócio. Pelo fato de sua organização econômica e política se dar a nível global, mundial, o agronegócio vai impondo um modo de vida cada vez mais artificial no campo e na cidade. Essas empresas impõem as tecnologias industriais de produção (adubos químicos sintéticos, agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, medicamentos veterinários, todo tipo de máquinas etc), sem se preocupar com a degradação sócio-ambiental (ARAÚJO et al., 2010, p.36,37).

Como a agroecologia é descrita no documento:

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração dos conhecimentos camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de orientar o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de Agroecologia (ARAÚJO et al., 2010, p.53).

Em se tratando da soberania alimentar, esta diz respeito a produção e consumo do que a região quiser:

Podemos dizer que Soberania Alimentar é o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total das regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura (ARAÚJO et al., 2010, p.65).

No que diz respeito a reforma agrária, têm-se que é necessária, pois é a partir da conquista da terra que se alcança a dignidade, a sustentabilidade, a renda, a educação, etc. Assim como, se trabalha de forma coletiva desde a produção, o pensamento e o programa político, visto que a cooperação é a base do movimento (ARAÚJO et al., 2010).

A luta para conquistar a terra vem da certeza de que a Reforma Agrária gera qualidade de vida, por meio do trabalho cooperado, da produção de alimentos agroecológicos, da moradia digna, da renda necessária, do acesso à saúde e à educação de qualidade (ARAÚJO et al., 2010, p.75).

Logo, temos nestas passagens o que vem sendo reafirmado desde o início do período. Uma transformação social confrontando o modo de produção vigente, baseando esta transformação, no trabalho coletivo e com bases sustentáveis ambientalmente.

Com relação as perguntas feitas ao documento, o resultado foi o seguinte:

Qual a relação do MST, e sua concepção de agroecologia, com a questão agrária brasileira no século XXI?

A relação da questão agrária brasileira no século XXI com o MST é de resposta a este confrontando-o, pois o movimento advém das contradições postas pelo modo de produção capitalista, respondendo e lutando contra ao que este modo de produção traz (desigualdades, destruição dos recursos naturais, fome, etc.).

A relação da questão agrária brasileira do século XXI com a concepção agroecológica do MST, é também de enfrentamento de todos os estragos trazidos pelo modelo de produção agrícola e o próprio modo de produção, trazendo como estratégia de mudança dentro de um programa popular, as práticas agroecológicas, que trazem como fundamento o manuseio da terra e dos recursos naturais de forma sustentável, ecológica e saudável.

Assim sendo, no documento MST: lutas e conquistas traz um pouco desta dimensão analisada, enfatizando que as lutas são árduas, mas as conquistas também tem acontecido e são importantíssimas para a continuidade do programa popular.

Desta maneira, neste documento é posto que o governo brasileiro atende as demandas das empresas transnacionais, de destruição dos recursos naturais e demais mazelas e condenam as lutas dos movimentos sociais.

Até porque, os

[...] segmentos da elite brasileira, agrupados em torno do agronegócio, enxergam a agricultura apenas como um espaço para a obtenção de lucros fáceis e rápidos, às custas da pobreza da população, da depredação ambiental e do atendimento dos interesses e das demandas do mercado externo (MST, 2010, p.6).

O anseio e luta do MST, é por uma agricultura para os camponeses trabalharem e viverem do seu trabalho; como também preservando os recursos naturais. Logo, o MST luta por uma reforma agrária que abarque o fim da desigualdade social e de uma agricultura saudável e sustentável (MST, 2010).

Em primeira instância o documento traz um breve histórico do surgimento do MST:

Na ditadura militar houve a proibição de manifestações e inclusive manifestações que reivindicasse a reforma agrária, esta proibição foi respaldada na Lei de Segurança Nacional e do AI nº.5. Além de um grande êxodo rural, por conta das mudanças tecnológicas e domínio das grandes corporações na agricultura (MST, 2010).

E como resposta as desigualdades colocadas, principalmente em relação ao êxodo rural que foi impulsionado durante a ditadura militar, de forma bastante violenta e excludente, vários movimentos de resistência a tais práticas começaram a ocorrer pelo país. A partir destes movimentos, em 1984 houve um Encontro Nacional, na cidade de Cascavel, no Paraná, com todos os trabalhadores rurais que lutavam contra este regime excludente que a ditadura militar impôs. A partir do Encontro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado com os seguintes

objetivos: "lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país" (MST, 2010).

Com o fim da ditadura, os trabalhadores acreditavam que enfim a reforma agrária fosse ocorrer. Em 1985, criaram o Plano Nacional da Reforma Agrária, que por sua vez não funcionou. E só, em 25 de fevereiro de 1993, a Lei Agrária (lei nº 8.629) ¹²foi regulamentada, autorizando as desapropriações para fins de reforma agrária (MST, 2010).

A conquista da Lei Agrária, não foi o suficiente para alcançar a reforma agrária como ansiava todos os militantes, visto que os governos que sucederam a partir desta lei, trabalhavam de forma a dificultar cada vez mais o acesso dos trabalhadores de assentarem nas terras ocupadas. A exemplo deste afunilamento, é demonstrado no governo de José Sarney, que destruiu "as políticas de crédito especial para a reforma agrária e assistência técnica", intensificando, desta maneira a pobreza das famílias assentadas (MST, 2010).

Porém,

Mesmo sem vivenciar um verdadeiro processo de reforma agrária, os 26 anos de luta do MST não são em vão. Pelo contrário. Em 23 estados e no Distrito Federal, organizamos mais de 1,5 milhão de pessoas, que vivem acampadas e assentadas. Grande parte das pessoas assentadas, que se organiza em torno de cooperativas e associações coletivas e semi-coletivas, tem melhores condições de vida do que antes conquistar a terra (MST, p. 10,11, 2010).

Além de uma retomada histórica, é evidenciado o comprometimento com a agroecologia, matriz tecnológica de produção agrícola do MST:

¹² Essa lei definiu que a propriedade que não cumprisse a sua função social era passível de desapropriação; manteve os critérios constitucionais para definição da função social; estabeleceu que as terras rurais públicas (de domínio da União, dos estados ou dos municípios) passariam a ser destinadas preferencialmente à execução da Reforma Agrária; confirmou o banimento dos termos da lei da categoria latifúndio, substituída por um critério menos politizado, o do tamanho, calculado em módulos fiscais, unidade expressa em hectares e fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante, e a renda obtida com ela, e outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, fossem significativas em função da renda ou da área utilizada (MEDEIROS, 2012, p.451, 452).

"Além disso, temos um compromisso com a agroecologia, por meio da qual buscamos criar uma base material e técnico-científica para uma nova relação de produção, sustentável, que preserve a natureza" (MST, 2010, p.21).

Seguindo para a segunda pergunta temos, quais as contradições enfrentadas pelo MST em sua trajetória de construção prática de experiências e sistemas agroflorestais que aparecem e como refletem em seus documentos?

Neste questionamento a cartilha de sistematização de experiências agroecológicas do MST, de 2007, foi muito rica em informações trazendo muitos aspectos que dificultaram a inclusão da agroecologia nas práticas de agricultura do MST. Como também os avanços desta no projeto do movimento.

Assim sendo temos:

O assentamento de Paranacity, que foi ocupado em 1993 e desde então lá existe um assentamento organizado coletivamente e que utiliza a agroecologia. Contudo é importante a ressalva de que a conversão para a agroecologia foi realizada aos poucos e com a ajuda de pessoas que tinham o conhecimento da ciência, como por exemplo, o Professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina (MST, 2007c).

Visto que os assentados enfrentaram alguns limites como: a terra ocupada pelos camponeses era muito fraca naturalmente e ainda tinha vindo de monoculturas de cana de açúcar; havia uma resistência no que tange a agroecologia por parte de alguns assentados e órgãos públicos responsáveis pela reforma agrária; e de que a sociedade capitalista com seu modelo egoísta e destruidor é contrário as produções agroecológicas (MST, 2007c).

Os limites encontrados para a irradiação em massa da cooperação e da agroecologia ainda é a compreensão e a conscientização dos atores envolvidos no processo, indo desde as pessoas assentadas até os órgãos públicos responsáveis pela Reforma Agrária. Infelizmente, na sociedade capitalista e em tempos de neoliberalismo, o sistema hegemônico preconiza e cultiva o individualismo, a competitividade e a destruição da natureza em busca exclusivamente do lucro imediato (MST, 2007c, p.34).

Contudo, neste assentamento a produção é realizada de forma coletiva, produzindo em grandes territórios e confrontando a hegemonia do agronegócio, o individualismo, e a expropriação dos recursos naturais (MST, 2007c).

Com relação ao Núcleo de Agroecologia, em São Mateus (ES), tem-se que este é um núcleo coletivo de planejamento, coordenação e organização de ações agroecológicas do MST. Este coletivo foi construído com o tempo, visto que as primeiras experiências não foram de êxito, por conta da falta de conhecimento da maioria, da aceitação dos assentados em mudar a matriz tecnológica de produção e das dificuldades de reconstruir os recursos naturais destruídos pelo modo como estes recursos eram e ainda são manuseados (MST, 2007c).

Porém com a busca de conhecimento e parcerias adequadas este núcleo tem avançado muito e neste documento já existe uma agroecologia fundamentada e sendo utilizada por muitas famílias assentadas (MST, 2007c).

- [...]a) A realização de parcerias: houve uma grande aproximação entre o MST, CPT e entidades amigas, como a PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas) e a certificadora Chão Vivo. De forma mais recente, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores se organizou no Espírito Santo e, agora, também participa do processo de debate da agroecologia;
- b) A ampliação considerável de famílias que já estão produzindo de forma agroecológica e de famílias que estão no processo de transição, ou seja, substituindo insumos;
- c) A realização de feiras ecológicas, que antes eram anuais e que passaram a ocorrer com maior frequência. Em determinados períodos do ano, chegam a ocorrer semanalmente;
- d) A compreensão política da direção e dos técnicos do MST é bem mais clara do que anteriormente, havendo maior unidade no debate e nos encaminhamentos (MST, 2007c, p.38).

No que se refere à territorialização do MST em Ribeirão Preto, São Paulo, tem-se um Centro de Formação Sócio-Agrícola "Dom Hélder Câmara", que é uma parceria entre a igreja católica e o MST, que trabalha a participação, a democracia, a agroecologia e muitos outros pontos para o crescimento conjunto do movimento popular. Nesta região o agronegócio é muito forte e as lutas e confrontos são árduos, contudo têm havido muitas conquistas, e o mais interessante, com uma visão sustentável ambientalmente (MST, 2007c).

Em se tratando da Comunidade Terra Livre, de Resende (RJ), o documento traz que o início da agroecologia no assentamento foi por intermédio das necessidades básicas (das dificuldades vivenciadas pelos assentados advinda de um sistema de exclusão da grande massa trabalhadora), e a partir desta mudança houve uma evolução da biodiversidade e a qualidade de vida melhorou muito (MST, 2007c).

Nesta região, segundo o documento, a concentração fundiária está nas mãos de grupos industriais e comerciários, logo a saída para os camponeses vislumbrarem e vivenciarem uma mudança de vida, para uma vida digna, trabalhando e vivendo de um pedaço de terra é pelo MST (MST, 2007c).

Neste contexto, a busca por uma alternativa ao desemprego, a necessidade de ocupação das áreas improdutivas que não cumprem sua função social e a grande demanda por alimentos saudáveis e frescos contribuíram para a organização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária. Assim, o MST na região procura trabalhar a organização da produção nos assentamentos e acampamentos no sentido de desenvolver a agroecologia e a cooperação como principais eixos para o desenvolvimento das comunidades rurais, buscando construir um contraponto aos valores individualistas e à lógica produtivista apontada pelo modelo de agricultura industrial implementado no Brasil (MST, 2007c, p.52).

Com relação à Rede de Sementes BioNatur, em Candiota (RS), tem-se que esta já foi mencionada no documento anterior, visto que, é uma referência nacional de produção de sementes agroecológicas e de enfrentamento ao modelo de produção agrícola, agronegócio (MST, 2007c).

[...] A BioNatur foi pensada e construída através de um longo debate que envolveu diversos atores idealizadores, tendo grande protagonismo das famílias assentadas e colaboradores diversos, especialmente da equipe técnica do Lumiar, que naquela época iniciava o trabalho de assistência técnica nos assentamentos da região. [...] A BioNatur foi forjada no enfrentamento ao modelo convencional de agricultura e ao domínio privado das sementes por parte das empresas do agronegócio. Iniciou como uma linha de produção diferenciada da cooperativa, estando organizada e situada dentro do setor de produção do MST e avançando na perspectiva de uma proposta sustentável de promoção da soberania alimentar e da agroecologia na reforma agrária (MST, 2007c, p.60,61).

A Rede de Sementes BioNatur, foi instituída como rede em 2003 com algumas mudanças na organização da empresa. Porém é importante salientar que antes desta mudança, que foi a partir dos moldes anteriores de formação da mesma, que

impulsionou o MST de aumentar e firmar a luta pela reforma agrária popular utilizando a agroecologia como estratégia. Visto que, foi a partir dos avanços da BioNatur que se percebeu que a mudança de matriz tecnológica é possível em escala nacional e mundial (MST, 2007c).

Em 2003, também se começou a sistematização das práticas agroecológicas do MST, que como percebido nesta análise nos primeiros documentos ainda não se falava desta ciência e nem de uma mudança de matriz tecnológica (MST, 2007c).

Com relação ao Acampamento Santo Dias, é relatado no documento que a transição para a agroecologia ocorreu devido as necessidades básicas dos camponeses e trabalhadores que estavam desempregados e sem condições de se sustentar, visto que a região ocupada estava muito debilitada e necessitou de cuidados para reflorestar. E a partir da transição, a produção de alimentos foi melhorando e aumentando trazendo bons resultados para os acampados e fortalecendo a luta (MST, 2007c).

Assim sendo as contradições postas foram: falta de investimento por parte do governo; desconhecimento do que se tratava a agroecologia por parte dos assentados; o próprio agronegócio que é o modelo de produção agrícola vigente no Brasil; os assentados acreditarem ser esta a melhor opção a ser seguida; e as dificuldades em reflorestar as terras perdidas por monoculturas (MST, 2007c).

Com base no debate teórico sobre a agroecologia desenvolvido no capítulo 2, quais elementos são reafirmados, e quais são negados, na elaboração e sistematização do MST?

Neste período em especial, a elaboração e sistematização da agroecologia no MST ocorreu com mais intensidade, demarcando o posicionamento do movimento com relação a agroecologia e uma produção sustentável.

E isto afirmado em uma passagem do documento: Proposta de reforma agrária popular do MST, ano de 2007, em que a partir do Congresso Nacional do MST de 2007, ficou firmado a mudança para a agroecologia como matriz tecnológica de produção agrícola, realizando uma mudança nacional e não mais experiências locais (MST, 2007b).

6. Um novo modelo tecnológico

6.1. A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e modelo tecnológico orientado pelo enfoque ecológico e participativo. Buscar o aumento da produtividade da terra e a produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente, preservando as condições da natureza e garantindo a produção de alimentos saudáveis.

6.2. Desenvolver pesquisas e tecnologias agro-ecológicas adequadas aos agro-ecossistemas, que promova a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental e a elevação da produtividade do trabalho e das terras.

6.2. Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude em todas as regiões do país (MST, 2007b, p.45,46).

Assim como colocado em outro documento já descrito: Agroecologia, soberania alimentar e cooperação, ano de 2010, onde afirma a inclusão da agroecologia no programa político do MST e o incentivo de especialização do termo:

Foi em Brasília, no ano 2000, que os 11 mil delegados e delegadas participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da Agroecologia no seu programa político. [...] A formação de técnicos e profissionais nesta área passou a ser incentivada e concretizada a partir do estabelecimento de convênios com Universidades e sistemas de ensino, dando início às primeiras escolas técnicas e universitárias de Agroecologia no Brasil (ARAÚJO et al., 2010, p.51,52).

E logo de início é percebida a necessidade do MST de se especializar para compreender e praticar este novo modelo tecnológico. Vê-se então na inclusão, algo que o movimento se diferencia dos autores trazidos no capítulo anterior, colocar a agroecologia como modelo tecnológico de estratégia para uma transformação social, dentro de um programa político.

Sendo que para os outros autores, a agroecologia se trata de uma ciência que vem como suporte para produções agrícolas sustentáveis e que em alguns momentos mencionam a necessidade de mobilizações sociais, porém nada aprofundado.

Outro aspecto forte no MST e foi trazido como centralidade neste período é a cooperação, visto que o movimento é popular, constituído de pessoas e para as pessoas. Ou seja é um coletivo lutando em prol de anseios do povo, e isto se alastra para todo o programa político, assim como para a agroecologia.

Desta maneira, nas sistematizações trazidas na segunda questão é notório a necessidade de uma coletividade na organização do trabalho, na produção, no convívio, quebrando até mesmo o tabu da produção agroecológica em territórios de pequeno porte, visto que a produção é no conjunto do assentamento, em um território de grande porte.

Como por exemplo, no assentamento de Paranicity, onde a produção é feita em áreas coletivas maiores contradizendo os que só produzem em unidades individuais.

A produção agroecológica em toda a área do Assentamento Santa Maria é uma nova visão de agricultura, onde não mais apenas uma pequena área de terra é orgânica, mas, sim, um sistema integrado em várias atividades, onde todas estão interligadas, mantendo um equilíbrio ambiental fundamental para a preservação do meio ambiente e para a produção de alimentos saudáveis em abundância. A ecologia praticada no Assentamento Santa Maria **derruba alguns tabus**, onde se dizia que a **agroecologia só era possível em pequenas áreas de terra**, o que acaba por motivar as formas individuais de organização dos assentamentos. A prova do contrário é nosso próprio assentamento, que **pratica a agroecologia em toda sua área, que é de 230 hectares** (MST, 2007c, p.34, grifo nosso).

E isto é outro elemento que a maioria dos autores desenvolvidos no segundo capítulo não concordam, pois para estes a ciência agroecologia desenvolve de maneira eficaz em pequenos territórios, pois nestes existem maiores condições de "recriarem" os agroecossistemas antes existentes (MST, 2007c).

Outro elemento que o MST afirma e já está imerso e intrínseco ao seu programa popular, principalmente a partir deste período, é a prática transformadora, que também foi trazido como centralidade e é o que move o MST segundo os documentos aqui analisados.

O MST não fica inerte em pequenas mudanças de produções agrícolas sustentáveis, este avança e luta por mudanças estruturais. E isto é outro elemento que em muitos autores não é discutido e em outros não é aprofundado.

E para este elemento, a reforma agrária popular vem para reafirmar o programa político do MST e a agroecologia vem como estratégia para que esta transformação ocorra de forma sustentável e para todos.

Outro elemento que diferencia o MST de muitos autores e traz inúmeras experiências para além do cientificismo, são que as transições agroecológicas ocorreram em sua maioria a partir da luta e a partir das necessidades básicas do ser humano.

Existe também um elemento de polêmica, que se trata da soberania alimentar, visto que alguns autores se divergem com relação a este. Como por exemplo Altieri, que defende uma soberania e segurança alimentar local, sendo que Machado e Machado Filho assim como o MST defendem uma soberania alimentar para o Brasil.

O último elemento aqui trazido também é de muita polêmica entre os autores que estudam a agroecologia, e este diz respeito a escala. Alguns autores defendem a pequena escala, pois acreditam que a produção agroecológica bem desenvolvida funcione em pequena escala.

Contudo o MST, assim como os professores Machado, Machado Filho e Primavesi, defendem larga escala de produção agroecológica, visto que para estes há a possibilidade, que as produções ocorram para o mundo.

Os elementos que o MST reafirmam e que os autores também dialogam são: as práticas de manuseio terem como objetivo a preservação e recuperação dos recursos naturais; que a produção também tenha como intuito a busca por alimentos saudáveis; que as práticas agroecológicas proporcionem uma viabilidade econômica; e que há uma busca por especialização da agroecologia

E nestes pôde-se vislumbrar desde o primeiro período que há uma preocupação com os recursos naturais e seu manuseio, assim como maneiras de viabilizar produções agrícolas sustentáveis e economicamente viáveis para os camponeses e arredores envolvidos.

Caminhando para a última questão de análise, tem-se o questionamento. Como a proposta da agroecologia no programa do MST se vincula a um projeto mais amplo de produção com sustentabilidade ambiental e de transformação social?

Esta questão é a chave de tudo que foi respondido nas questões anteriores, e que leva a diferenciar o sujeito coletivo MST dos demais autores que estudam a agroecologia, e avançar para além estudos e práticas reformadoras.

Aqui é possível vislumbrar o que o movimento almeja, que se trata de transformação social com bases sustentáveis, e isto é demonstrado durante toda a análise deste período.

Como por exemplo um dos assentamentos sistematizados no documento de sistematização de experiências agroecológicas, em que o militantes de Ribeirão Preto trazem uma reforma agrária à luz da consciência ambiental.

A partir das experiências da regional, bem como das demais realidades existentes, entende-se que a **luta pela Reforma Agrária traz à luz a consciência ambiental, social, política, econômica e cultural. Por meio da Agroecologia fundamenta-se um processo de transformação social**, de fato. Sendo assim, caminhamos determinados para a consolidação deste processo no qual as áreas de reforma agrária tem uma importância significativa no desenvolvimento de experiências agroecológicas (MST, 2007c, p.49, grifo nosso).

E mais, demonstra que este período de fato trouxe muitos elementos importantes para que o alvo que se busca seja alcançado em algum momento. Visto que é afirmado a todo o momento que a agroecologia foi incluída no programa agrário e está sendo sistematizada, estudada e praticada por muitos assentamentos com o intuito de ser uma estratégia para mudanças estruturais não somente na política, economia, como na sociedade em sua totalidade, trazendo estas mudanças de forma sustentável ambientalmente.

Pois segundo Löwy (2005) os críticos pensavam as mudanças estruturais deixando de lado os fundamentos ambientais de sustentabilidade, contudo o MST como muitos autores críticos de hoje visualizam e lutam por mudanças fundamentadas na sustentabilidade ambiental. Até porque o ser humano e a natureza são constitutivos um do outro e o planeta terra sem os recursos naturais vivos não há vida humana.

Logo é mister afirmar que a proposta do MST neste período é de transformação social fundada nos princípios da sustentabilidade ambiental, através do aprofundamento das práticas e das contradições vividas e refletidas no processo de

implementação (que é contínuo), demonstrando algo que se busca teoricamente e na prática; e que já têm estado em prática em boa parte dos assentamentos.

4.3 TERCEIRO PERÍODO DE ANÁLISE

Trazendo a continuação da análise de discurso da agroecologia sendo incorporada no programa agrário do MST de 2000 aos dias atuais. Tem-se que esta foi dividida em três períodos, pois se percebe mudanças nos mesmos, assim como uma melhor visualização destas mudanças. Assim sendo, neste período a análise gira em torno do Programa Agrário do MST, ano 2013, último documento selecionado para a análise desta dissertação que traz a concepção agroecológica do MST.

Neste período de análise pode-se notar um firmamento da Reforma Agrária Popular, visto que no período anterior este já aparecia, porém ainda estava em construção e permanece em construção, pois é contínuo. E este firmamento traz importantes aspectos que os são: a transformação estrutural, a sustentabilidade ambiental, a reforma agrária para o povo brasileiro, a soberania alimentar e a soberania popular (luta a favor do povo para uma vida digna, com seus direitos adquiridos de forma plena e respeitando as culturas regionais e locais). Assim sendo, este período é feito de uma luta popular, com finalidades estruturais ambientalmente sustentáveis.

Cartilha: "Programa Agrário do MST" - Ano de publicação: 2013

Neste documento há a sistematização do contexto atual vivenciados pelos assentados e acampados do MST e um novo programa agrário, onde está abarcado a Reforma Agrária Popular.

Assim sendo, neste documento a centralidade representada nos discursos são: reforma agrária popular, enfatizando o caráter popular da reforma agrária, que está embasada na produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade; contexto de enfrentamento do MST - o agronegócio e o modo de produção capitalista; agroecologia; soberania alimentar; e soberania popular.

Com relação a modalidade (função identificacional), se tem uma modalidade objetiva, com alto grau de comprometimento, pois os discursos são realizados de forma concreta, enfatizando a necessidade de uma reforma agrária popular que reúne a democratização da terra para o povo; a preservação dos recursos naturais e a luta contra a privatização destes; a agroecologia como matriz tecnológica de produção agrícola; industrializar todas as regiões igualmente e de forma sustentável; política agrícola favorável aos camponeses; educação de qualidade para todos e educação baseado na realidade dos estudantes (educação do campo); desenvolver a infra-estrutura social no campo; e mudança do Estado para popular.

Com relação ao significado acional é exposto uma inter-ação estável entre os militantes do MST a favor de uma reforma agrária onde haja uma mudança no modelo de produção agrícola e uma luta contra o agronegócio e modo de produção capitalista, assim como todos os documentos que trazem o que o MST luta e representa.

E isto é representado pelas passagens a seguir:

Breve contextualização do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo:

A partir da década de 1980, o capitalismo mundial ingressou em uma nova onda de desenvolvimento, tendo o capital financeiro e as empresas privadas transnacionais oligopolizadas como os controladores do mercado mundial das principais mercadorias. Resultado desta mudança são processos de produção de riquezas (indústria, agricultura e comércio) ainda permanentes, porém com as taxas de acumulação e divisão do lucro concentradas no capital financeiro e nas empresas privadas transnacionais. A concentração têm estado cada vez mais com o menor número de países (2010 - EUA, Europa, China e Japão) (MST, 2013).

Esta mudança, como dito anteriormente acumula as riquezas das produções advindas do trabalho, porém além das acumulações concentradas por estes, na agricultura a dominância do capital em todo o mundo ocasionou mudanças estruturais para o mesmo, visto que houve uma "aliança de classe, entre a burguesia das empresas transnacionais, os banqueiros (o capital financeiro), a burguesia proprietária das empresas de comunicação de massa e os grandes proprietários de

terra", com o intuito de os mesmos obterem o total controle da produção e circulação de commodities (MST, 2013).

Estas mudanças impõe o maior número de monocultivos, o uso de agrotóxicos e impedem a realização da reforma agrária, pois bloqueiam o uso das terras improdutivas. Em relação ao uso de agrotóxicos, as empresas transnacionais utilizam de produção de transgênicos, que por sua vez são suscetíveis a doenças e pragas, com a finalidade de vender cada vez mais agrotóxicos. A partir de tais mudanças, há uma maior dependência do capital financeiro, pois o mesmo concede o crédito rural aos agricultores com a finalidade de financiar a compra de sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, entre muitos outros insumos. Pois, o agricultor se vê obrigado a participar do progresso do capitalismo, pois a produção se torna muito mais acelerada e intensa. E é neste cenário apresentado que modelo de agricultura, agronegócio está firmado (MST, 2013).

Apesar de ter havido um aumento significativo da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador, as condições de trabalho e vida dos trabalhadores agrícolas não melhoraram, visto que a concentração de lucro desta produtividade estão e vão para as mãos das empresas privadas, grandes proprietários, os bancos e as empresas de comunicação (MST, 2013).

Neste modelo de agronegócio, existem os capitalistas-empresariais (classe dominante no campo brasileiro), os assalariados permanentes e temporários, os camponeses que estão inseridos no mercado (agricultores familiares) e os camponeses pobres, que produzem basicamente para subsistência (MST, 2013).

Como o modelo do agronegócio é totalmente dependente de insumos químicos, o Brasil importa 75% de todos os fertilizantes químicos utilizados para o desenvolvimento de tal modelo. Porém, vale salientar que,

[...]Os venenos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, contribuem para as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças e do câncer. O modelo do agronegócio não consegue produzir alimentos saudáveis. (MST, 2013, p.18)

Seguindo o documento, foi apresentado o surgimento da luta pela reforma agrária:

A reforma agrária, que por muito tempo foi pauta de luta, e que ocorreu na Europa Ocidental e EUA, era uma reforma agrária clássica burguesa, que visava o crescimento industrial-urbano, que tinha como intuito o crescimento econômico interno dos países a partir de produções de mercadorias para serem vendidas e consumidas pelas cidades e indústrias que surgiam (MST, 2013).

E por muito tempo, o Brasil buscou, através de movimentos populares, como Ligas Camponesas, Ultabs e o Master (todos advindos do segundo Pós-Guerra), este modelo de reforma agrária clássica burguesa (MST, 2013).

Mais tarde, no período da Ditadura militar, foi consolidado no Brasil uma agricultura voltada para o mercado externo (conquista das oligarquias rurais). E foi a partir deste contexto, que o MST surge, entretanto o mesmo também luta por uma reforma agrária clássica. O movimento, juntamente com a burguesia industrial, lutavam para que houvesse o crescimento do mercado interno, o desenvolvimento urbano-industrial ocorrido nos outros país, porém as oligarquias rurais se uniram e conseguiram juntos com outros burgueses e jovens, a eleição do Fernando Collor de Mello, e posterior Fernando Henrique Cardoso, que trouxeram em seus governos o neoliberalismo, e desta maneira a maior dependência do Brasil ao mercado externo (MST, 2013).

Assim sendo, a reforma agrária clássica no Brasil não ocorreu, e partindo das ofensivas já demonstradas no primeiro capítulo, realizar uma reforma agrária clássica já não é a saída, pois mesmo possuindo a terra, o camponês deve se filiar ao agronegócio para sobreviver. Contudo o MST nos últimos anos trouxe em seu projeto a necessidade de uma reforma agrária para além de uma mudança dentro do sistema capitalista, propondo uma mudança estrutural, lutando pela superação do modo de produção capitalista, e esta se trata da reforma agrária popular, que atua na ofensiva do sistema capitalista e do modelo do agronegócio (MST, 2013).

Dando continuidade ao documento, são apresentados os fundamentos do programa de Reforma Agrária Popular, que têm como busca a transformação estrutural nos modos de uso da terra (e isto inclui todos os recursos naturais) de forma a preservar os recursos que ainda tem esta condição e restaurar àqueles que estão danificados,

utilizando da agroecologia; e democratizando a terra para o povo e garantindo a soberania alimentar (MST, 2013).

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. [...]a) Assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as;
 b) Combater o desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeiras;
 c) Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental. [...]As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico [...]c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.
 d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza (MST, 2013, p.35,36).

E para além destes fundamentos, o programa abrange, a luta pela soberania popular das fontes de energia para as comunidades, incluindo fontes renováveis; a luta a favor de uma educação de qualidade e acesso a cultura da região vivida; a luta pelos direitos sociais para os trabalhadores assalariados; e a luta a favor de uma vida digna (MST, 2013).

Desta forma a palavra de ordem deste último período firmado pelo MST é: "Lutar, Construir Reforma Agrária Popular. Lutar, porque foi pela luta que o MST surgiu e é por esta que o movimento se motiva. Construir, pois segundo o documento, é a partir do "processo de organizar, lutar, formar e mobilizar" o povo, construindo uma reforma agrária popular. E reforma agrária popular, por ser a busca por uma mudança estrutural para o povo (MST, 2013), de forma sustentável ambientalmente, resgatando a relação ser humano e natureza que foi rompido, modificando esta por uma relação equilibrada em que o ser humano se reconheça como produtor de seu trabalho e manuseando os recursos naturais de maneira sustentável.

As práticas e a luta pela Reforma Agrária Popular representam o enfrentamento com o modelo do capital: o agronegócio, e buscam criar as condições e acumular forças para as mudanças estruturais de toda sociedade. Esse é o sentido histórico do lema do nosso VI Congresso! **Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** (MST, 2013, p.52).

Com relação as perguntas feitas ao documento, o resultado foi o seguinte:

Qual a relação do MST, e sua concepção de agroecologia, com a questão agrária brasileira no século XXI?

A relação da questão agrária do século XXI com o MST, neste documento, são de lutas árduas contra as mazelas trazidas pelo modelo de produção agrícola hegemônico no Brasil (agronegócio) e de um programa que visa uma mudança estrutural, superando o modo de produção capitalista e caminhando para um modo de produção onde haja uma igualdade social, econômica, política, e que preserve a natureza.

A relação da questão agrária do século XXI com a concepção agroecológica do MST, é também de enfrentamento de todos os estragos trazidos pelo modelo de produção agrícola e o próprio modo de produção, trazendo como estratégia de mudança dentro de um programa popular, a concepção agroecológica, que traz como fundamento o manuseio da terra e dos recursos naturais de forma sustentável, ecológica e saudável, como no outro documento.

Quais as contradições enfrentadas pelo MST em sua trajetória de construção prática de experiências e sistemas agroflorestais que aparecem e como refletem em seus documentos?

Neste documento, não traz a dimensão das contradições enfrentadas pelo MST na transição para agroecologia, somente o compromisso de utilizá-la com matriz tecnológica de produção para as mudanças atuais e para uma mudança estrutural.

Com base no debate teórico sobre a agroecologia desenvolvido no capítulo 2, quais elementos são reafirmados, e quais são negados, na elaboração e sistematização do MST?

Neste documento, os elementos que compõe a concepção agroecológica do MST a partir das concepções teóricas de agroecologia desenvolvidas no segundo capítulo, são: as práticas de manuseio terem como objetivo a preservação e recuperação dos recursos naturais, pois há um consenso entre os autores que estudam a agroecologia e que defende o MST neste sentido. E isto é exemplificado na citação acima das páginas 35 e 36 deste documento analisado.

As práticas agroecológicas proporcionarem uma viabilidade econômica, trazendo um consenso entre autores desenvolvidos no segundo capítulo e que também é diretriz do programa político do MST.

E a produção com o intuito de busca por alimentos saudáveis, que por sua vez tem sido muito discutido e que tanto o MST como os autores em questão estão de acordo e defendendo tal aspecto.

Os elementos que diferem são: a coletivização do trabalho de produção, que desde o período passado já era muito forte no MST e é reafirmado neste documento, confrontando o pensamento de muitos autores defensores da agroecologia, de produção em vastos territórios e de forma coletiva.

A agroecologia como estratégia para uma reforma agrária sustentável ambientalmente, visto que a agroecologia para os autores teóricos se trata de uma ciência que pode ser unificada aos movimentos sociais, porém não necessariamente ser uma estratégia para uma reforma agrária.

A democratização da terra e demais direitos, que entra na questão da reforma agrária e que também não é discutido pelos autores.

A transformação estrutural no manuseio da terra, por intermédio das práticas agroecológicas, pois muitos autores não trazem esta visão.

A superação do modo de produção capitalista, visto que muitos autores apontam uma contraposição, porém não uma superação.

E a partir de autores que trazem a temática da soberania alimentar, como por exemplo Altieri, tem-se que este autor defende uma soberania e segurança alimentar local, enquanto que Machado e Machado Filho, e outros defendem uma soberania alimentar para o Brasil.

Como a proposta da agroecologia no programa do MST se vincula a um projeto mais amplo de produção com sustentabilidade ambiental e de transformação social?

A proposta do MST neste documento de transformação social fundada nos princípios da sustentabilidade ambiental é muito objetiva, demonstrando algo que se

busca teoricamente e na prática; e que já têm estado em prática em boa parte dos assentamentos e no programa agrário.

E isto é bem evidenciado nesta citação:

CONSTRUIR a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes. CONSTRUIR É ACUMULAR FORÇAS para o nosso projeto estratégico (MST, 2013, p.51).

Ou seja, a transformação estrutural nos moldes sustentáveis é algo de anseio do movimento popular e que está na palavra de ordem do programa atual, logo temos Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

Assim sendo neste período se nota o firmamento do papel da agroecologia e seus princípios no programa agrário do MST, com o intuito de uma transformação estrutural, através da reforma agrária popular, que traz um caráter popular, de forma massiva, internacionalista, política, econômica, ambiental, ética, social. Trazendo uma concepção agroecológica com estes mesmos aspectos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação foi posta uma discussão muito atual, que diz respeito a questão agrária brasileira do século XXI e a agroecologia como alternativa de mudança do modelo de produção agrícola a nível Brasil e mundial.

Contudo o cerne da questão foi desvelar a concepção agroecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visto que neste há uma concepção para além das práticas institucionais, teóricas ou de mudança micro do modelo de produção agrícola.

Neste tem-se a busca estratégica de uma mudança macro nos âmbitos ambiental, político, social, entre outros, abarcando uma transformação estrutural do modo de produção vigente.

Assim sendo temos que os resultados da análise realizada trouxe aspectos surpreendentes, mostrando como que nos documentos programáticos e cadernos de estudo, há um consenso de um movimento popular e de um sujeito coletivo, lutando por um mundo melhor para os trabalhadores e sustentável ecologicamente.

Porém é importante a ressalva, dos limites que a dissertação carrega, que se trata de ser uma pesquisa documental, e que foi demarcado desta maneira pela falta de tempo e recursos para que a pesquisa de campo ocorresse, trazendo desta maneira os resultados somente no âmbito teórico.

E não abrangência de mais documentos a serem analisados, sendo delimitado os que foram analisados, por questões de tempo.

Desta maneira, a pesquisa iniciou trazendo uma discussão muito presente, que diz respeito a questão agrária brasileira do século XXI, que por sua vez nos dá um panorama do contexto social, econômico, político, entre outros das relações sociais interrelacionadas no envolvimento da produção. Pois, a questão agrária nos traz elementos para compreender para além da produção agrícola e suas relações, abarca o contexto em que esta se encontra.

Assim sendo, o primeiro capítulo veio desvelando este contexto que a produção agrícola está inserida e quais consequências sociais, ambientais, políticas e econômicas têm havido de acordo com a maneira que esta produção tem sido controlada.

Dando continuidade no trabalho, o segundo capítulo trouxe a agroecologia a partir da visão de alguns autores que foram utilizados pelo MST na inclusão da agroecologia em seu programa popular.

E no terceiro capítulo a análise de discurso crítica utilizada como instrumento de análise para responder as indagações feitas no início desta dissertação, que tem como objetivo geral, a análise do discurso político sobre a agroecologia defendido pelo MST através dos documentos publicados pelo movimento social a partir dos anos 2000, à luz das concepções teóricas de agroecologia existentes, para desvelar como o movimento social propõe uma transformação social fundada nos princípios da sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, de acordo com o que foi analisado, pôde se perceber que os discursos com relação a questão agrária brasileira do século XXI se repetem, remetendo a uma resposta àquilo que o modo de produção capitalista produz, nos âmbitos social, ambiental, econômico, político, que são as consequências de um sistema que visa o lucro.

Logo, há a expropriação da força de trabalho e dos recursos naturais; o desemprego; o trabalho escravo; alimentos que fazem mal a saúde; fome; falta de acesso à educação ou uma educação com falta de recursos; governos que apóiam os capitalistas; desigualdade social, entre tantas outras consequências que colocam para o trabalhador e trabalhadora a única opção de vender sua força de trabalho, a fim de sobreviver, muitas vezes.

Desta maneira, o MST tem lutado e resistido a tais contradições, que por sua vez, fizeram parte da vida de todos(as) os(as) assentados(as) e acampados(as) do Brasil.

E em se tratando da relação do MST com agroecologia e a questão agrária do Brasil no século XXI, tem-se que uma das mazelas trazidas pelo sistema capitalista, é a expropriação dos recursos naturais. E neste quesito, o MST em todos os

documentos, trazem o discurso de preservação e recuperação dos recursos naturais. E na sua grande maioria, a agroecologia como estratégia para a reforma agrária.

Com relação as contradições enfrentadas pelo MST em sua trajetória de construção prática de experiências temos que foi apresentada em poucos documentos, pois a maioria traziam projetos, palavras de ordem, não a descrição das experiências agroecológicas. Contudo, nos documentos que pôde abranger esta questão, é evidenciado uma transição dificultosa, com muitas barreiras, como por exemplo, a falta de conhecimento; as condições materiais; e a falta de políticas públicas de incentivo.

No que concerne aos elementos reafirmados e negados na elaboração e sistematização do MST, tendo como embasamento, o debate teórico sobre a agroecologia desenvolvido no capítulo 2. Pôde-se notar que nos discursos que cabiam a pergunta, os elementos que compõe as concepções do movimento e as concepções teóricas, estão no âmbito ambiental; alguns autores concordam com a perspectiva de larga escala do MST; há um consenso quanto à viabilidade econômica; há busca por especialização; e alguns autores concordam com a soberania alimentar nível Brasil.

No quesito difere, têm-se que o MST busca trabalhos coletivos; em larga escala; também uma soberania alimentar para todo o país; uma soberania popular da energia; transformação estrutural do modo de produção agrícola; democratização da terra para todo o povo; agroecologia como estratégia para uma superação do modo de produção capitalista, visando uma sociedade do povo e de forma sustentável ambientalmente.

Assim sendo, temos que o MST propõe uma transformação social nos moldes sustentáveis utilizando da agroecologia como matriz tecnológica de produção em um novo sistema.

Logo é mister afirmar, que o MST como sujeito coletivo incluiu a agroecologia em seu programa popular a partir de lutas e contradições, que por sua vez está no cerne

de sua construção como resposta as contradições postas do modo de produção capitalista.

E que este utiliza da agroecologia como estratégia para uma transformação estrutural de base sustentável, abarcando desta maneira uma luta pelo povo brasileiro por seus direitos que estão sofrendo retrocessos a cada dia e por uma vida digna, como também a favor dos recursos naturais vivos, pois sem eles não a vida no planeta.

Logo, temos uma concepção agroecológica que transcende a teoria, porém a utilizando, ou seja, não fica no estado teórico e de experimentações científicas, neste há o exercício da prática transformadora, centralidade do próprio MST. O que diferencia de outras concepções que permanecem no cientificismo, ou só discutem o enfrentamento ao modo de produção vigente, não aprofundando a discussão.

6 REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 355-360.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

_____. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. In: MOURA, E.G ; AGUIAR, A. C. F . **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias**. São Luís: UEMA, 2006.

_____. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrários sustentables. In: ALTIERI, M. A. **Agroecología: principios y estrategias para diseñar una agricultura que conserva recursos naturales y asegura la soberanía alimentaria**, Universidad de California, Berkeley, 2001.

_____. **Dimensiones éticas de la crítica agroecológica a labiotecnología agrícola**.v.IX, n.1, Acta Bioethica, 2003.

ARAÚJO, M. N. R. et al. **Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. Caderno de Educação n.2. São Paulo: MST, 2010.

ASSIS, R. L de. **Agroecologia no Brasil: análise no processo de difusão e perspectivas**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais - Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneiras, 1998.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

BARTRA, A. **La renta de la tierra**. México: Cuadernos Agrários, 1979.

BEHRING, R. E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BEHRING, R. E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BOGO, A. **Arquitetos dos sonhos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da Reforma Agrária.** 2011. Tese (Doutorado em Planejamento e desenvolvimento Rural Sustentável) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor Trabalho.** Espírito Santo: EDUFES, 2013.

CARCANHOLO, R. A; SABADINI, M. S de. **Capital fictício e lucros fictícios.** Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, n.24, jun.,p.41-65, 2009.

CAMARGO, V. O de. **Entre resistências e inserções: a construção da agroecologia na EMBRAPA.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília, 2009. Acesso em <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/911596/1/LVAgroecologia.umacienciaparaapoiar.pdf>>, 06 abr. 2016.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 17 a 20 de outubro de 2005, Florianópolis. Brasília, 2006.

CASADO, G. I. G; MOLINA, M. G de; GUZMÁN, E. S. **Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible.** Madrid, Barcelona, México: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CECANE. **Agroecologia.** Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

CERIOLO, P. R. **Método de Trabalho Popular.** São Paulo: CONCRAB/MST, 1997.

CHESNAIS, F. **Orígenes Comunes de la crisis económica y la crisis ecológica.** Herramienta, Buenos Aires, jul. n. 41, s/p, 2009. CAMPELO, D. A. **As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semi-árido: do combate a convivência.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, v.10, n.21, p.865, 2013.

CORDEIRO. A. **A viagem das sementes.** Subsídios para o 5º Concurso Nacional de Estudantes do MST. MST, 2003.

DELGADO, G. C. **O que significa a Economia política do agronegócio no Brasil atual (Anos 2000)**. Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira, 2012. Acesso em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/o-que-significa-economia-pol%C3%ADtica-do-agroneg%C3%B3cio-no-brasil-atual-anos-200>>, 13 jun. 2016.

_____. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. In: STEDILE, J. P. (org.); STEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.p. 57-87.

EMBRAPA. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília: EMBRAPA, 2006.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Editora NeueZeit, 2006. Acesso em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>, 10 mar. 2017.

ESTEVAM, D. ; STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (org.); STEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.p. 13-18.

FAIRCLOUGH, N. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa científica**. Trad. Iran Ferreira de Melo. Revista Linha d'Água, v.2,n. 25, p. 307-329, 2012.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, J. P. (org.); STEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.p. 173-237.

_____. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. MIDITIERO JUNIOR, M. A; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G (org.). São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. p. 153-179.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. Dissertação (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

FERREIRA, D. A. O. et al. **Espaço, território e paisagem: uma leitura teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira na pós-graduação a partir dos anos 1970**. Revista Geo Uerj, jun., 2011.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, R. C de. M; NÉLSIS, C. M; NUNES, L. S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável.** Revista Kátal, v.15, n.01, jan./jun., p.41-51, 2012.

GARCIA, B. M. et al. **Atenção:** Cariacica em obras! Uma análise das atividades propostas pelo Projeto de Trabalho Técnico Social a partir do olhar da comunidade. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Curso Serviço Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

GERMER, C. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na década de 1990. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 309-339.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GLIESSMAN, S. R. et al. **Agroecología:** promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. Ecosistemas, v.16,n.1,p.13-23, 2007.

GUHR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

GUHR, D. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

GUZMÁN, E. S. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social.** España: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de La Universidad de Córdoba, s/d.

GUZMÁN, E. S; WOODGATE, G. **Agroecología:** fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. Agroecología, v.8, n.2, p. 27-34, 2013.

LIMA, T. C. S. de; MIOTTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v.10, n.esp, p. 37-45, 2007.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. S de. Agronegócio. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 81-87.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, 2002.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. **Crise ecológica, crise capitalista e crise de civilização**: a alternativa ecossocialista. Caderno CHR, Salvador, v.26, n.67, p.79-86, 2013.

LUSTOSA, M. G. O. **Reforma Agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, L. C. P; FILHO, L. C. P. M. **Adialética da agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I Livro Primeiro, cap. I a XII. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1980]2014.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Abril, 1985, livro terceiro, tomo II, 1894.

MAY, T. **Pesquisa Social** - questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MEDEIROS, L. S de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 447-453.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Maria Teresa Machado. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A teoria da alienação**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 67-73.

MST. **Site eletrônico do MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/88-93>>. Acesso em: 12 ago. 2017, 2017.

_____. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Brasília: MST, 2007a.

_____. **Nossos Valores**. Caderno do Educando. Pra soletrar a liberdade n.1. São Paulo: Direção Nacional do MST, 2000.

_____. **MST: lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

_____. Proposta de Reforma Agrária Popular. Brasília: MST, 2007b.

_____. **Programa Agrário do MST**- Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

_____. Sistematização de experiências agroecológicas do MST. São Paulo: MST, 2007c.

_____. **Terra e Vida**. Trabalhos escolhidos no Concurso Nacional de Redações e Desenhos realizado pelo MST em 2002. Associação Nacional de Cooperação Agrícola: São Paulo, 2003.

MOTA, A. E. SILVA, M. G das. **A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade**. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 19, nº 2 (2009) – Rio de Janeiro: UFRJ.

NAKATANI, P; FALEIROS, R. N; VARGAS, N. C. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.110, p.213-240, abr./jun., 2012.

NETO, W. M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

_____. **Agroecologia e movimentos sociais:** entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

OLIVEIRA, A. I de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.); STEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil:** o debate na década de 2000. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

PAIVA, A. S de. **O ápice irracional do capital:** em cena a barbárie socioambiental. In: Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social: ENPS, jun. 2015.

PEREIRA, L. B. **Limites e obstáculos ao processo e reforma agrária no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, espaço e meio ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PIRES, J. H. S; BLUM, D. Semeando a agroecologia. In: MAZIN, A. D. et al. (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2016. p. 259-278.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRIMAVESI, A. Cartilha do solo: como reconhecer e sanar seus problemas. São Paulo: MST, 2009a.

_____. **Manual do solo vivo:** solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____. O solo tropical: casos. Perguntando sobre o solo. São Paulo: MST, 2009b.

RIGOTTO, R. M; AGUIAR, A. C. P. Modelo Produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana. In: **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.** MIDITIERO JUNIOR, M. A; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G (org.). São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. p. 225-249.

RESENDE, V. M; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, M. A. G. **Política da questão ambiental no MST:** a agroecologia como estratégia produtiva e política. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 125-161.

SABADINI, M. S. de. **Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SALAMA, P. Das metrópoles ao terceiro mundo. In: MATHIAS, G; SALAMA, P. **O Estado super-desenvolvido**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 13-88.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. Introdução; Cap.1 e 2.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A de. Notas críticas sobre a realidade e os desafios da questão agrária. In: **A questão no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.p. 189-240.

SAMPAIO, P. A de. A questão agrária brasileira e luta pelo socialismo. In: **A questão no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.p. 85-102.

SANTOS, S. F de. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

SILVA, J. G da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: STEDILE, J. P. (org.); STEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 239-260.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 641-646.

_____. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 659-667.

_____. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-38.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

TSUKAHARA, R. T. **A construção de sistemas agroecológicos no estado do Espírito Santo e no assentamento Octaviano de Carvalho: a perspectiva de camponeses e dirigentes do MST**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

VIA CAMPESINA. **Informe de la VI Conferencia Internacional de la Via Campesina**. In: VI Conferencia Internacional de la Via Campesina, 9 a 13 de junho de 2013, Yakarta, 2013.

VIUDES, T. **Soberania Alimentar: Uma resposta às mudanças climáticas**. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2009.

ZACARIAS, R. **O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: CODE, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo11.pdf>>. Acesso em 12 ago.2014.